

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de  
Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo**

## **2º Relatório Gerencial de Resultados**

### **Período Avaliatório**

01 de junho de 2019 a 31 de agosto de 2019



**Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:**

10/09/2019

## **1 – INTRODUÇÃO**

Este Relatório Gerencial de Resultados visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão, no período do 01 de junho de 2019 a 31 de agosto de 2019, com o objetivo de verificar se os resultados pactuados para o período foram alcançados.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para todos os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Serão apresentados, ainda, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

No período houve a execução regular da Política Estadual de Prevenção à Criminalidade com a execução de ações e atividades dos 4 programas constituintes dela em 16 municípios. Foram realizados em conjunto acumuladamente pelos 4 programas mais de 135.000 atendimentos. Ao todo foram atendidas mais de 30 mil pessoas nas diversas modalidades de atendimentos ofertadas nos 4 programas. Vale ressaltar também que dos 19 indicadores com metas previstas no período e mensuradas até a elaboração do relatório, 15 deles tiveram realização acima do estipulado e mais 2 deles uma realização superior a 95%. Sob esse aspecto é importante ressaltar que diferentemente do ocorrido durante toda a execução do antigo Termo de Parceria 044/2017, as metas do Programa de Trabalho do Contrato de Gestão 002/2019 foram ajustadas para ter correspondência a sua execução financeira. Isso torna os desafios gerenciais e finalísticos mais condizentes com a realidade de execução principalmente no contexto de restrição orçamentária e ausência de regularidade de repasse financeiro. Isso também permite avaliar com mais precisão o desempenho da instituição já que as metas condizem com o recurso financeiro planejado para suas execuções.

Dito isso, na sequência descreve-se as metas e resultados alcançados para cada um dos indicadores do Programa de Trabalho.

## 2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

### QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					2º Período Avaliatório 01/06/19 a 31/08/19	
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	6	13.200	17.006
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	6	1.400	2.148
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	5	3.640	4.899
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	3	3.253	3.594,67
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	6	9.007	9.376
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	60.500	69.399
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	3	180	205

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					2º Período Avaliatório 01/06/19 a 31/08/19	
3	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	6	20.750	38.247
		3.2	Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	6	76%	72,78%
		3.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	5	1000	1.600
4	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	6	7.800	10.710
		4.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	6	75%	78,49%
		4.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	5	420	750
5	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção	5.1	Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior	4	100%	100%
		5.2	Percentual de Participação das equipes nas capacitações	5	100%	-
		5.3	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	5	15	10,69

Área Temática		Indicador		Peso (%)	Metas	Resultados
					2º Período Avaliatório 01/06/19 a 31/08/19	
6	Produtos e resultados das ações de base territorial	6.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	4	34	32
		6.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	3	3
7	Gestão da Parceria	7.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	6	100%	-
		7.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	4	100%	-

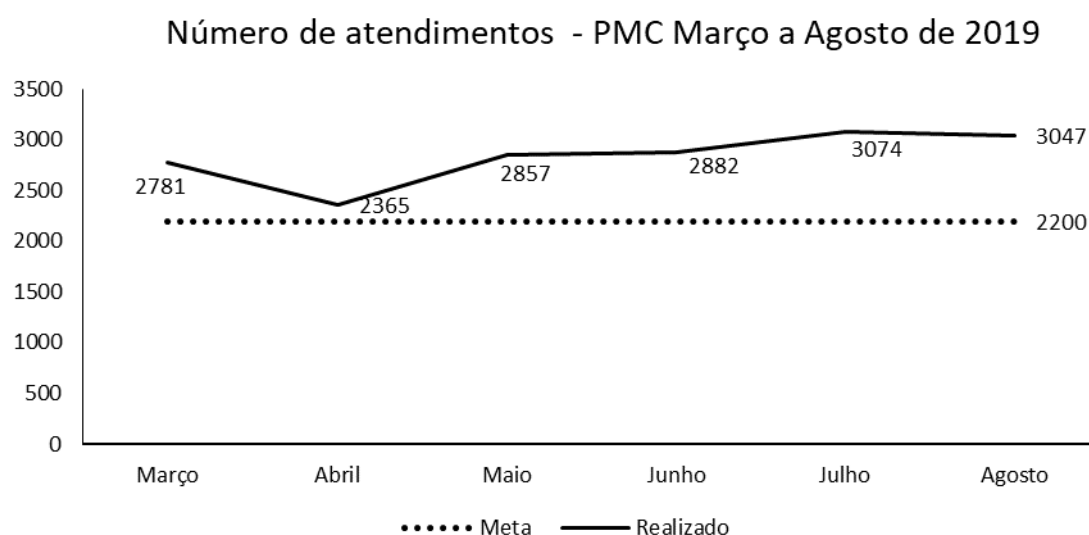
## 2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos					
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos					
Meta do período avaliatório		Resultado do período avaliatório			
13.200		17.006			
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório					
<p>Descrição: O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos. Tem como público alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC, que registram elevada incidência de criminalidade violenta no Estado de Minas Gerais. Seu foco é prevenir fatores de riscos, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido. Esse indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, alinhada à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <p>1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;</p> <p>2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;</p> <p>3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;</p> <p>4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;</p> <p>5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. Os atendimentos deverão ser contabilizados de acordo com a quantidade de intervenções realizadas com cada pessoa, na mesma modalidade ou em modalidades diferentes.</p> <p>No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) foram realizados cumulativamente 17.006 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 13.200 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.</p>					
UPC	1ªPA	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	147	46	67	89	349
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	201	128	84	37	450
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	232	68	88	147	535
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	220	80	63	109	472
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	171	49	44	81	345
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	126	28	89	48	291
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	173	69	104	51	397
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	332	88	69	93	582
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	184	53	67	70	374
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	188	95	115	92	490
BELO HORIZONTE-SERRA	417	80	88	161	746
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	173	110	70	75	428
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	354	132	150	103	739
BETIM-CITROLÂNDIA	394	65	85	66	610
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	289	80	71	91	531
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	338	80	127	118	663
BETIM-PTB	291	100	73	83	547
BRUMADINHO (RECÉM IMPLANTADO)	80	30	55	68	233
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	296	137	150	139	722
CONTAGEM-RESSACA	184	49	97	59	389
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	248	169	129	214	760

GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	328	66	79	64	537
IPTATINGA-BETHÂNIA	224	95	91	215	625
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	226	90	95	83	494
MONTES CLAROS-CRISTO REI	239	53	135	15	442
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	251	55	71	72	449
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	151	69	72	55	347
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	179	51	61	64	355
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	221	347	61	53	682
SANTA LUZIA-PALMITAL	262	89	170	126	647
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	232	58	105	62	457
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	203	55	82	64	404
UBERLÂNDIA-MORUMBI	284	74	113	105	576
VESPASIANO-MORRO ALTO	165	44	54	75	338
TOTAL	8.003	2882	3074	3.047	17.006

O resultado deste indicador superou de maneira significativa o esperado. Nos três meses do período o programa realizou em média 3 mil atendimentos, aproximadamente 800 atendimentos/mês além do esperado. Este patamar é o maior apresentado pelo programa no ano de 2019. Assim, o desempenho atingido pelo programa para o Indicador 1.1 ultrapassou aquele realizado no período avaliatório anterior, pois, se no 1ºPA do Contrato de Gestão o programa realizou 8.003 atendimentos; neste 2º PA o desempenho foi 12% superior, atingindo 9.001 atendimentos no trimestre.

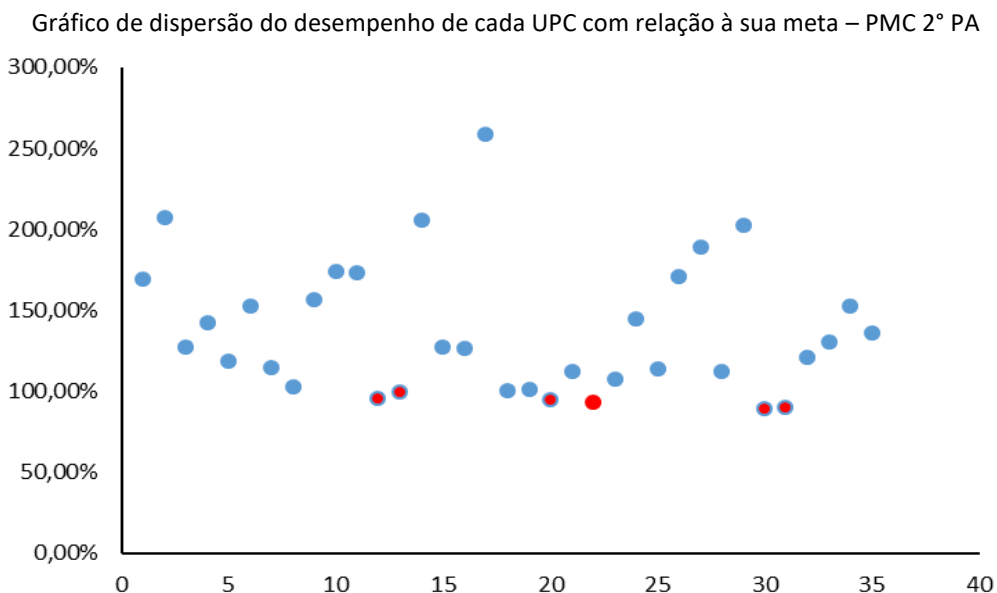
Abaixo apresentamos a evolução do número mensal de atendimentos no Programa.



Este resultado é está associado também à uma diretriz institucional do Programa para investimento continuado na ampliação de intervenções coletivas de atendimentos. Reflete também o esforço das equipes técnicas na operação dessa diretriz em cada localidade de modo a provocar intervenções que tenham impacto mais ampliado nas dinâmicas territoriais de violências e criminalidade. Assim, a distribuição do indicador dos atendimentos por modalidades corrobora com essa leitura. No 1º PA, a proporção entre atendimentos individuais e modalidades coletivas (atendimentos coletivos, ações de organização comunitária e projetos temáticos) era, respectivamente, 63% e 37%. No 2ºPA, as modalidades coletivas foram ampliadas para 44% do total de atendimentos, o que em termos absolutos compreende um acréscimo de mais de 1.000 atendimentos em práticas coletivas de um trimestre para o outro.

Este movimento continuado de ampliação das modalidades coletivas de atendimento é particularmente desafiador ao Programa Mediação de Conflitos cujo trabalho na prática de atendimento individual é o mais difundido e consolidado ao longo da sua história. Contudo, é interessante notar que, entre o 1ºPA e 2ºPA, o total de atendimentos individuais tenha se mantido estável (em torno de 5.000 atendimentos em cada trimestre), mostrando a transição cuidadosa que a equipes tem realizado diante do enfoque comunitário que o programa tem sustentado. Além disso, vale notar que apenas 12 das 34 equipes apresentam uma distribuição dos atendimentos em que as práticas coletivas superam o quantitativo de Atendimentos Individuais. Nesse sentido, as equipes PMC Vila Pinho, PMC Nova Contagem, PMC Bethânia, PMC Carapina e PMC Veneza concentraram 34% dos atendimentos coletivos do trimestre. Trata-se de equipes que tiveram, neste período, um desenvolvimento amplo na modalidade "Ações de Organização Comunitária", com exceção do PMC Bethânia, cujo desempenho esteve principalmente localizado na realização de um Projeto Temático.

Conforme relatado no RGR do 1º PA, a Política de Prevenção desdobrou, para cada UPC, a meta de cada indicador de cada programa. Essas metas tem sido objeto de acompanhamento e discussão em âmbito local tanto pela gestão social como pela supervisão metodológica. Observa-se, para o PMC, neste período, que houve também uma melhora significativa no índice de cumprimento de meta entre as equipes. No trimestre anterior, 4 equipes apresentaram um cumprimento de meta 20% abaixo do esperado e outras 4 apresentavam desempenho entre 80% e 99% da meta. Neste trimestre, nenhuma equipe apresentou um desempenho inferior a 80% da meta e apenas 6 equipes não atingiram por pouco o patamar esperado, conforme apresentado no gráfico abaixo. Entre estas últimas, encontram-se os PMC Cabana, PMC Ribeiro de Abreu, PMC Morro Alto e PMC Morro das Pedras, cujo desempenho, embora ainda insuficiente, tem apresentado crescimento contínuo para o Indicador 1.1.



O PMC Turmalina apresentou números de atendimento inferiores em relação aos meses do 1ºPA, em ocasião de um intervalo no acompanhamento de um caso coletivo cujos atendidos passaram a ser assessorados por uma instituição parceira especializada em associativismo, de modo a demandar menor acompanhamento da equipe. A conclusão desse caso, que exige muito em termos de mediação de espaços coletivos é importante para que a equipe tenha maior disponibilidade para investir em outras frentes de trabalho no território. Chama a atenção, também, o desempenho do PMC Citrolândia, que anteriormente, não apresentava dificuldades para o cumprimento da meta, mas que tem enfrentado uma diminuição da demanda por parte dos moradores. Há uma hipótese, trazida pela equipe e gestão social de que o movimento recente de indenizações pecuniárias em decorrência do rompimento de uma barragem de mineração tem fragilizado o vínculo dos moradores com os serviços públicos, o que pode, inclusive, incorrer no risco de que as questões de violência sejam colocadas em segundo plano.

**Fonte de comprovação do indicador**

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.



**Área Temática: Programa Mediação de Conflitos****Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos****Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****1.400****2.148****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:

- 1) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos;
- 2) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos;
- 3) projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos;
- 4) projetos institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco;
- 5) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam. A pessoa atendida deverá ser contabilizada apenas uma vez em cada mês, independente da modalidade de atendimento.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) foram atendidas em média 2148 pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.400, a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	JUNHO	JULHO	AGOSTO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	36	36	54	42,00
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	103	72	34	69,67
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	57	62	90	69,67
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	75	39	90	68,00
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	35	26	60	40,33
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	22	65	30	39,00
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	47	81	33	53,67
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	56	39	50	48,33
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	44	47	55	48,67
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	53	75	53	60,33
BELO HORIZONTE-SERRA	56	70	137	87,67
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	78	52	54	61,33
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	106	100	67	91,00
BETIM-CITROLÂNDIA	47	44	46	45,67
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	66	57	76	66,33
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	49	82	74	68,33
BETIM-PTB	72	45	64	60,33
BRUMADINHO	24	40	54	39,33
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	114	134	115	121,00
CONTAGEM-RESSACA	28	57	40	41,67
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	116	80	143	113,00
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	42	40	47	43,00
IPTATINGA-BETHÂNIA	59	63	178	100,00
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	77	67	50	64,67
MONTES CLAROS-CRISTO REI	37	100	12	49,67
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	51	62	58	57,00
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	49	42	35	42,00
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	36	44	34	38,00
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	343	41	39	141,00

SANTA LUZIA-PALMITAL	61	84	81	75,33
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	46	80	40	55,33
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	42	65	36	47,67
UBERLÂNDIA-MORUMBI	44	73	52	56,33
VESPASIANO-MORRO ALTO	35	42	51	42,67
TOTAL	2.206	2.106	2.132	2148,00

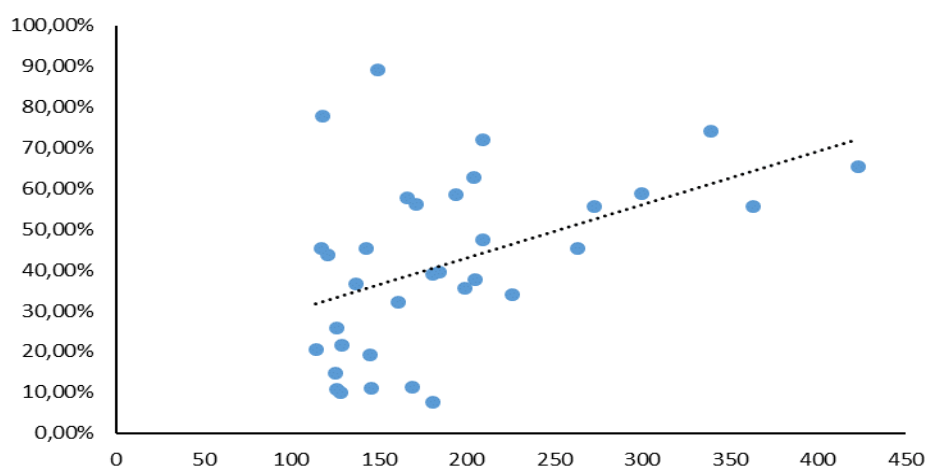
Em relação ao Indicador 1.2, percebe-se que houve também um aumento no número absoluto de pessoas atendidas pelo PMC. Em relação ao 1ºPA, houve um crescimento de 16%, com o total do trimestre saltando de 5.576 para 6.444 pessoas atendidas. Importante notar que, em relação ao trimestre anterior, os meses do 2ºPA apresentaram patamares inéditos, de modo que, em todos os meses do período, foram atendidas mais de 2.000 pessoas pelas equipes do PMC.

Em relação ao cumprimento das metas previstas para este Indicador 1.2, é possível perceber que, a exemplo do Indicador 1.1, também houve uma melhora de desempenho entre as equipes. No 1º PA, 11 equipes não atingiram os patamares previstos para as médias de atendimento do trimestre, sendo que mais da metade delas (6 equipes) apresentaram desempenho inferior a 20% do esperado. Neste 2º PA, apenas uma equipe distanciou-se muito da meta: o PMC Turmalina, que vem passando por uma recomposição da equipe e da intervenção do programa no território. Durante o ano de 2019, esta equipe esteve muito engajada no atendimento de um caso coletivo envolvendo muitos participantes. No entanto, os meses que compõem o 2ºPA corresponderam a um período de intervalo no acompanhamento desse caso. Faz-se necessário repensar a disponibilidade da equipe para incorporar outras frentes de trabalho no território.

Vale notar que 19 das 34 equipes atenderam um quantitativo de pessoas muito superior ao esperado para o período (>30% da meta do trimestre). Em geral, pertencem a este grupo equipes que tiveram um grande investimento nas modalidades coletivas de atendimento do PMC. É o exemplo de equipes como da Serra, de Nova Contagem e Bethânia, cujo empenho na realização de projetos temáticos no mês de agosto complementou o bom desempenho em atendimentos individuais e ações comunitárias. É saliente, também, o número de pessoas atendidas pela UPC Veneza – o maior do trimestre entre as equipes – bastante impactado por uma “Ação de Organização Comunitária” em uma escola do território. O PMC Carapina também atingiu um alto patamar de pessoas atendidas, especialmente no mês de agosto, quando foi convidado para mediar espaços coletivos com diferentes demandas comunitárias.

Novamente, conforme apresentado no RGR do 1º PA, existe uma relação importante entre proporção dos atendimentos em casos coletivos e número de pessoas atendidas. Em um conjunto importante de casos, quanto maior a proporção de casos coletivos nos atendimentos, maior será a quantidade de pessoas atendidas corroborando para uma perspectiva de maior alcance populacional das intervenções coletivas do programa.

Gráfico de dispersão entre a proporção dos atendimentos em casos coletivos e número de pessoas atendidas no programa



#### Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

**Área Temática: Programa Mediação de Conflitos****Indicador nº 1.3:** Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3.640	4.899

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC. Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e mediação comunitária;
- 2) Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social;
- 3) Discussão de casos com a rede de proteção social;
- 4) Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) foram realizadas acumuladamente 4.899 ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 3.640 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ºPA	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	74	18	37	25	154
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	52	12	16	13	93
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	62	14	18	28	122
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	61	20	27	21	129
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	46	20	20	15	101
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	20	13	24	17	74
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	84	20	26	25	155
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	50	19	27	21	117
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	81	27	43	38	189
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	68	14	22	14	118
BELO HORIZONTE-SERRA	99	60	51	40	250
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	81	36	35	15	167
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	103	24	43	32	202
BETIM-CITROLÂNDIA	94	37	26	25	182
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	96	23	25	27	171
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	93	21	29	44	187
BETIM-PTB	57	30	20	28	135
BRUMADINHO (RECÉM IMPLANTADO)	44	13	22	18	97
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	71	29	31	41	172
CONTAGEM-RESSACA	80	23	25	25	153
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	45	20	26	23	114
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	67	26	24	19	136
IPTATINGA-BETHÂNIA	55	21	27	22	125
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	47	22	30	36	135
MONTES CLAROS-CRISTO REI	42	10	20	12	84
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	51	15	22	20	108
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	33	14	20	15	82
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	30	31	23	21	105
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	93	25	12	25	155
SANTA LUZIA-PALMITAL	75	43	60	51	229
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	66	27	28	16	137

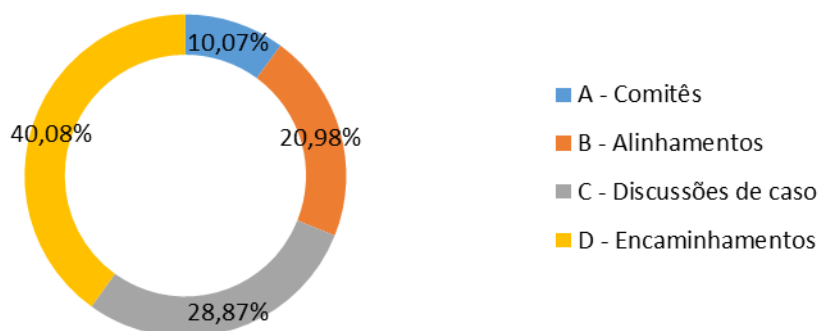
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	110	30	26	24	190
UBERLÂNDIA-MORUMBI	111	37	53	49	250
VESPASIANO-MORRO ALTO	32	17	13	19	81
TOTAL	2.273	811	951	864	4.899

Assim como os indicadores anteriores, o Indicador 1.3 apresenta um crescimento em torno de 15% em relação ao desempenho global do programa comparado ao período avaliatório anterior, expandindo de 2.273 para 2.625 ações de rede no 2ºPA. Importante notar que, em todos os meses do 2ªPA, o acumulado de ações de rede foi superior a 800, mantendo a tendência iniciada no último mês do período avaliatório anterior.

Na avaliação do desempenho de cada equipe este indicador é aquele que apresenta os melhores índices de cumprimento entre todas as equipes. Apenas três equipes não atingiram as metas previstas para o trimestre, entretanto, com uma distância muito pequena em relação ao ideal: PMC Veneza, PMC Morro Alto e PMC Santa Lúcia cumpriram entre 90% e 99% da meta para este indicador. De maneira geral, o bom desempenho neste indicador pode ser ainda resultado do crescente investimento das equipes em aprimorar o registro deste tipo de intervenção do programa; além de também ser um possível resultado do aumento de casos de violência e Projetos Temáticos sobre violências no trabalho das equipes - ações, estas, que demandam maiores articulações com a rede social mista com intuito de intensificar fatores proteção.

Vale mencionar que, entre o leque de modalidades de ações de rede, os Encaminhamentos à Rede Mista de Proteção Social continuam abarcando a maior parcela de ações dentro do Indicador 1.3 (40%); enquanto Discussões de Caso e Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social correspondem a 29% e 21% das ações, respectivamente, conforme apresentado no gráfico abaixo.

**Ações de Rede por modalidade PMC 2º PA 2019**



Neste sentido, salientam-se equipes que extrapolaram em mais de 30% as metas para o Indicador 1.3, associadas a um alto número de atendimentos individuais com intervenção em temas de violência, como é o caso do PMC Pedreira Prado Lopes, PMC Olavo Costa e PMC Palmital. Especialmente em relação às duas últimas, observa-se que, além dos atendimentos individuais, o diálogo com a rede mista de proteção social também é potencializado por um equilíbrio entre intervenções coletivas e atendimentos individuais.

**Fonte de comprovação do indicador**

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

**Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!****Indicador nº 2.1:** Número acumulado de encontros de oficinas executados por do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3.253	3.594,67

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

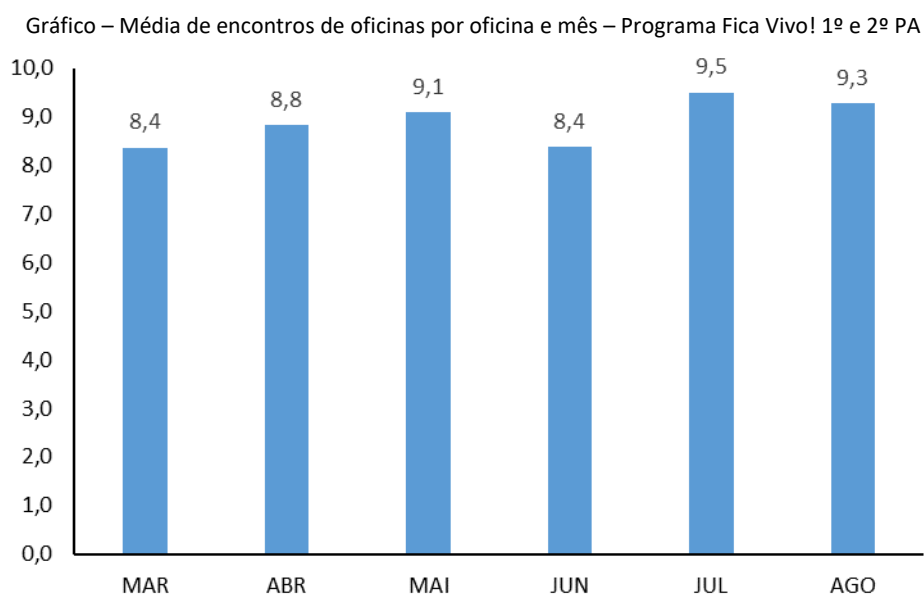
Descrição: As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local) que extrapolam a dimensão do ofício. As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPC (chamados deicineiros), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Osicineiros se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens. As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local e especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto. Este indicador visa mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) foram realizados em média 3.594,67 encontros de oficinas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 3.253 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	JUNHO	JULHO	AGOSTO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	149	154	151	151,33
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	100	111	109	106,67
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	109	122	114	115,00
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	89	98	91	92,67
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	85	100	89	91,33
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	105	105	121	110,33
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	103	115	112	110,00
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	81	92	88	87,00
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	139	168	132	146,33
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	74	89	78	80,33
BELO HORIZONTE-SERRA	153	174	151	159,33
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	109	123	124	118,67
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	115	123	146	128,00
BETIM-CITROLÂNDIA	117	133	128	126,00
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	86	92	90	89,33
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	146	177	168	163,67
BETIM-PTB	83	106	114	101,00
BRUMADINHO (RECÉM IMPLANTADO)	0	0	6	2,00
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	153	178	164	165,00
CONTAGEM-RESSACA	48	62	60	56,67
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	48	78	84	70,00
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	82	94	92	89,33
IPTATINGA-BETHÂNIA	121	143	143	135,67
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	81	92	87	86,67
MONTES CLAROS-CRISTO REI	72	72	84	76,00
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	147	181	165	164,33
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	88	100	102	96,67
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	60	81	77	72,67
RIBEIRAÃO DAS NEVES-VENEZA	122	134	134	130,00
SANTA LUZIA-PALMITAL	157	162	157	158,67
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	91	99	99	96,33
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	68	74	72	71,33
UBERLÂNDIA-MORUMBI	52	63	66	60,33

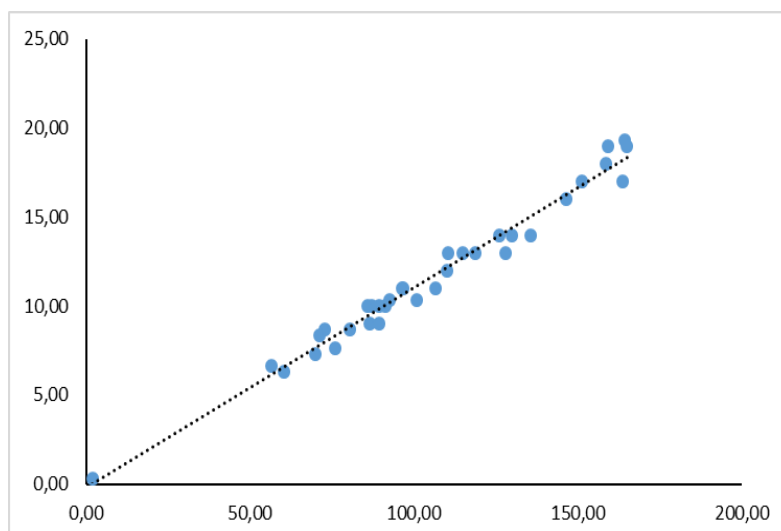
VESPASIANO-MORRO ALTO	85	89	84	86,00
TOTAL	3.318	3.784	3.682	3.594,67

Conforme discutido no RGR referente ao 1º PA, este indicador é definido basicamente pela relação entre a quantidade de oficinas em funcionamento e a sua distribuição em termos de números de dias da semana em que os encontros são ofertados. Contratualmente, osicineiros devem ofertar dois encontros semanais. Assim, para cada mês o resultado esperado desse indicador será dado pela multiplicação da quantidade de oficinas em funcionamento pela quantidade média de encontros esperados por oficina no mês. Assim, nos números descritos acima, as variações na quantidade de encontros ofertados estão associadas diretamente a quantidade de oficinas em execução em cada localidade cuja variação está associada, dentre outros fatores, à dimensão do território, contexto de dinâmica criminal e tamanho da população jovem, etc. Para ilustrar isso apresentamos dois gráficos abaixo. O primeiro descreve a média de encontros realizados em cada uma das oficinas do programa em cada um dos meses do período avaliatório. O segundo apresenta a relação entre a quantidade de oficinas e a quantidade de encontros executados nelas.



O gráfico acima descreve qual foi a média de encontros por oficina dentro de cada mês do 1º e 2º períodos avaliatórios. Em Junho foram executadas 396 oficinas no programa com uma média de 8,4 encontros executados em cada uma delas. Em Julho foram executadas 398 oficinas com um média de 9,5 encontros em cada uma delas. Já em agosto foram executadas 397 oficinas com uma média de 9,3 encontros em cada uma delas. Nunca é demais ressaltar que mais de 90% das oficinas funcionam em locais públicos ou comunitários. Sob essa ótica, avaliamos que a parte dos contratos estabelecidos entre Instituto Elo eicineiros são cumpridos com excelência. Há que se ressaltar também o esforço realizado por este grupo para manter e executar as oficinas oferecendo o oportunizando variadas atividades esportivas e culturais as jovens nas diversas comunidades onde o programa atua.

Gráfico – Dispersão entre a média de encontros de oficinas no trimestre (x) e a média de oficinas executadas no trimestre por UPC – Programa Fica Vivo – 2ª PA



Já este gráfico descreve a relação entre a quantidade de oficinas em uma UPC e a quantidade de encontros que ela oferta. Assim, existe quase uma relação linear entre essas duas variáveis, ou seja, quanto maior a quantidade de oficinas em uma localidade, maior será a quantidade de encontros ofertados aos jovens.

Vale ressaltar também que por motivos diversos os encontros podem não ocorrer conforme o esperado, desde questões operacionais como indisponibilidade dos espaços para execução até elementos associados a dinâmicas criminais afetam a execução dos encontros. A implantação de novas oficinas também ampliam a quantidade de encontros executados.

Abaixo segue uma discussão para algumas unidades que observamos ampliações e reduções no número de encontros executados.

**MORUMBI:** Considerando que as alterações neste indicador podem oscilar a partir do número de semanas ao mês, implantações e desligamentos de oficinas, vale destacar que o aumento no número de encontros de oficinas executadas no Programa Fica Vivo! No Morumbi está relacionado à duas novas implantações ocorridas ao longo do trimestre. Diante disso, faz-se necessário repactuar a meta para tal Unidade, visto que a atual se encontra subestimada.

**TAQUARIL:** após o acesso aos dados quantitativos referentes ao trimestre (junho, julho, agosto) e os resultados alcançados pelo programa Fica Vivo, no território do Taquaril, faz-se necessária à elaboração de plano de ações técnicas e metodológicas, visando maior qualidade na execução da metodologia e cumprimento dos resultados pactuados. Os dados aferidos neste período apontam para o não alcance das metas nos três indicadores do programa, sendo eles, número de encontros de oficina executados, média mensal de jovens participantes nas oficinas e número acumulado de atendimentos realizados pelo programa. Diante do cenário apresentado, é salutar dividir com o leitor o atual contexto da equipe e programa no território e que interfere diretamente na execução do programa na localidade. Os analistas do programa têm focado sua atuação na qualificação do trabalho dos oficineiros, e assim, desde o mês de julho de 2019, três oficinas foram desligadas. Sendo duas desligadas pela equipe e com anuência da supervisão e gestão social por inadequação metodológica e técnica e outra por decisão direta da oficineira.

**CRISTO REI:** O programa Fica Vivo! nesta unidade de prevenção apresenta uma situação peculiar, pois no período vigente ocorreram três desligamentos de oficineiro e uma oficina encontra-se atualmente suspensa. Apenas um desligamento ocorreu por questões relacionadas à execução da técnica e ou metodologia do programa, todos os demais se deram por questões pessoais e ou de saúde. E como exposto em relação ao Taquaril, mas guardando as especificidades é sabido, que a diminuição de oficinas tende a atingir os demais indicadores. Ainda assim a equipe vem conseguindo resultados satisfatórios no número geral de atendimentos, pois tem lançado mão de projetos locais e de circulação. Ademais, com a diminuição das oficinas ofertadas foi perceptível a migração de jovens para outras oficinas, fato que, materializa uma característica histórica do território, a não restrição de circulação de jovens.

#### Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

**Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!****Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
9.007	9.376

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina nos meses do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) foram atendidos em média 9.376 jovens nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 9.007 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de jovens em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

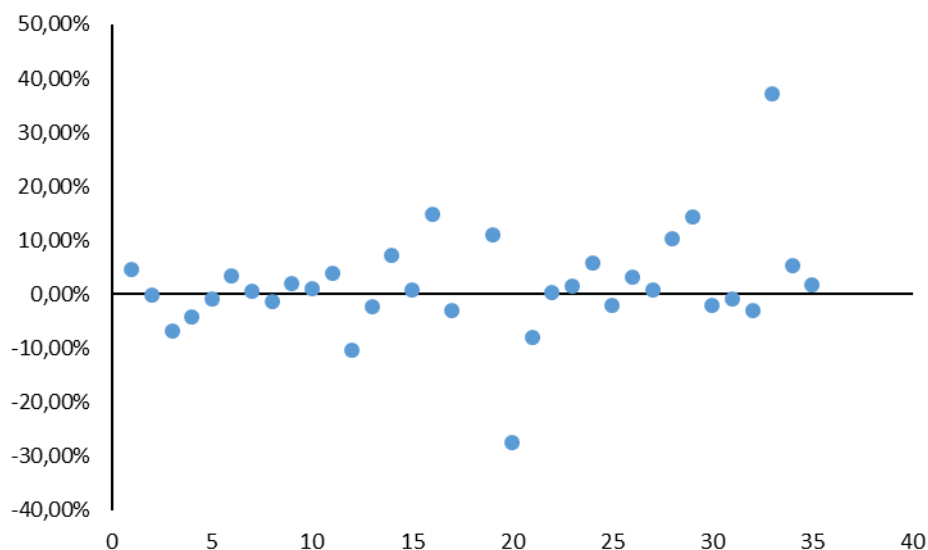
UPC	JUNHO	JULHO	AGOSTO	MÉDIA
BELO HORIZONTE-CABANA	352	351	353	352,00
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	215	204	193	204,00
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	301	318	309	309,33
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	268	234	255	252,33
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	253	237	232	240,67
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	277	277	275	276,33
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	304	292	292	296,00
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	243	237	249	243,00
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	348	326	300	324,67
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	172	190	186	182,67
BELO HORIZONTE-SERRA	325	326	285	312,00
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	320	308	324	317,33
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	312	308	323	314,33
BETIM-CITROLÂNDIA	353	365	362	360,00
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	354	364	294	337,33
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	399	470	463	444,00
BETIM-PTB	241	241	230	237,33
BRUMADINHO (RECÉM IMPLANTADO)	0	0	6	2,00
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	474	471	486	477,00
CONTAGEM-RESSACA	106	107	102	105,00
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	162	229	179	190,00
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	264	269	267	266,67
IPATINGA-BETHÂNIA	339	347	315	333,67
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	176	177	188	180,33
MONTES CLAROS-CRISTO REI	160	153	179	164,00
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	392	406	401	399,67
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	281	275	258	271,33
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	195	204	219	206,00
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	293	290	300	294,33
SANTA LUZIA-PALMITAL	451	420	458	443,00
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	333	311	352	332,00
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	191	186	189	188,67
UBERLÂNDIA-MORUMBI	183	224	213	206,67
VESPASIANO-MORRO ALTO	285	330	322	312,33
TOTAL	9.322	9.447	9.359	9.376,00



Este indicador já visa mensurar a quantidade de jovens que são atendidos em cada uma das oficinas ofertadas. Neste período, observamos certa estabilidade no número de oficinas executadas e uma ampliação da média de jovens participantes em oficinas comparado ao trimestre passado. A média de jovens em cada oficina passou de 23,21 para 23,62 comparando os dois trimestres. Isso implicou também na ampliação da média de jovens que passou de 9205 jovens para 9376, uma ampliação da ordem de quase 2%. O Instituto Elo considera o aumento da média mensal de jovens participantes em oficinas uma resposta aos investimentos e acompanhamento da equipes de supervisão e gestão social junto às equipes na qualificação das oficinas do Programa Fica Vivo!, tendo em vista este ser o modo de atendimento preponderante do Programa.

A despeito do resultado geral do programa, em algumas UPCs há oscilações nos resultados, boa parte delas está associada à implantação, desligamentos e suspensões de oficinas. Por outro lado, em muitos casos, onde há a manutenção dos números de oficinas, há ou a redução da média de jovens ou a sua ampliação.

Abaixo segue um gráfico com o quadro de ampliação/redução da média de jovens em cada UPC.



Os casos de ampliação são: MORUMBI, JARDIM TERESÓPOLIS, VENEZA, NOVA CONTAGEM ROSANEVES, CITROLÂNDIA, OLAVO COSTA, MORRO ALTO, CABANA, SERRA, MORRO DAS PEDRAS, SANTOS REIS, RIBEIRO DE ABREU, BETHÂNIA, SANTA LÚCIA, JUSTINÓPOLIS, JARDIM DAS ALTEROSAS, PEDREIRA PRADO LOPES. Nesses locais ocorreram dois processos: ampliação do número de oficinas, como no caso da UPC no Morumbi que passou de 5 oficinas em junho para 7 oficinas em agosto e também ampliação da média de jovens em oficinas com a manutenção da mesma quantidade. Este foi o caso da UPC Morro Alto que mesmo mantendo a quantidade de 10 oficinas durante estes seis últimos meses, neste trimestre ampliou a quantidade de média de jovens em oficinas comparado ao trimestre passado em 5%.

Os casos de diminuição são: VILA CEMIG; VIA COLÉGIO; MINAS CAIXA; PRIMEIRO DE MAIO; PALMITAL; CRISTO REI; VILA PINHO; JARDIM CANAÃ; PTB; JARDIM LEBLON; JARDIM FELICIDADE; CARAPINA TAQUARIL; RESSACA. As reduções na média de jovens, em contrapartida, estão associadas à redução do número de oficinas em execução ou também à redução da média de jovens em oficinas mesmo no caso da manutenção da quantidade de oficinas em execução. O caso de maior redução foi na UPC Ressaca com redução de 27% na média de jovens em oficinas. Nesta UPC houve a finalização de dois projetos de oficinas durante esse período que ainda não foram repostos.

**Fonte de comprovação do indicador**

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

**Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!****Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
60.500	69.399

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público nas seguintes modalidades:

1) Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais e se destinam ao seu público foco, ou seja, a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre aspectos sociais e subjetivos.

2) Atendimentos Coletivos:

a) Projetos de Oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório.

b) Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens.

Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório.

c) Projetos de Circulação: se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais, por promoverem a circulação do público atendido para além da região

de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade.

Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório.

d) Projetos Institucionais: são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS.

Este indicador será calculado pelo somatório cumulativo de todas as modalidades (individual e coletivas) definidas acima.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) foram realizados acumuladamente 69.399 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 60.500 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ºPA	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	1056	365	376	372	2169
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	701	266	303	239	1509
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	1100	322	379	323	2124
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	911	368	292	317	1888
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	907	297	289	340	1833
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	814	288	594	311	2007
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	1020	361	407	316	2104
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	949	303	290	318	1860
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	1063	416	352	474	2305
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	633	195	225	217	1270
BELO HORIZONTE-SERRA	1135	352	384	316	2187
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	1113	428	337	341	2219
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	1152	398	363	354	2267
BETIM-CITROLÂNDIA	1110	453	450	472	2485
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	1120	377	422	318	2237
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	1371	515	606	624	3116
BETIM-PTB	931	283	293	282	1789
BRUMADINHO (RECÉM IMPLANTADO)	30	0	0	6	36
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	1516	514	544	592	3166
CONTAGEM-RESSACA	506	119	143	122	890

GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	643	266	338	232	1479
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	1248	410	782	465	2905
IPTATINGA-BETHÂNIA	1182	476	418	579	2655
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	662	192	198	363	1415
MONTES CLAROS-CRISTO REI	984	260	326	419	1989
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	1723	699	614	711	3747
RIBEIRÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	1141	304	343	308	2096
RIBEIRÃO DAS NEVES-ROSANEVES	698	258	234	273	1463
RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	983	324	341	341	1989
SANTA LUZIA-PALMITAL	1442	482	452	517	2893
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	1181	384	398	395	2358
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	660	221	203	245	1329
UBERLÂNDIA-MORUMBI	538	409	287	270	1504
VESPASIANO-MORRO ALTO	1123	292	360	341	2116
TOTAL	33.346	11.597	12.343	12.113	69.399

O número de atendimentos do Programa tem apresentado ampliação consistente desde o primeiro mês do Contrato de Gestão. A média de atendimentos do 1º para o 2º PA teve uma ampliação de aproximadamente 7,5%. Além da ampliação da média de jovens em oficinas, observamos outros aspectos que podem ter afetado nos resultados alcançados: o prazo final para a execução de projetos locais com recurso se estendeu de junho a julho; o investimento das equipes na realização de projetos sem recurso; maior participação dos analistas do Fica Vivo! em ações de rede formal e comunitária; maior articulação com entidades parceiras que proporcionaram a circulação dos jovens nos territórios da cidade; e aumento no número de convites das oficinas de cultura para participação de eventos fora do território.

#### Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

**Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!****Indicador nº 2.4:** Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
180	205

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: Base de sustentação do Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e gestores sociais como representantes da OS. As ações vinculadas a este Eixo, para fins desse indicador, são: a) as reuniões periódicas entre GEPAR (Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco) da Polícia Militar de Minas Gerais, equipes técnicas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! e gestores sociais responsáveis pela coordenação das Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local; b) funcionamento de Grupos de Intervenção Estratégica. Este indicador visa mensurar:

1) Quantidade de reuniões periódicas entre GEPAR, equipes técnicas e gestores sociais através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! que devem ocorrer no mínimo 1 (uma) vez ao mês em cada um dos 33 (trinta e três) territórios de atuação e que possuem como principais pautas: estudo da dinâmica da violência e da criminalidade; definição, monitoramento e avaliação de ações conjuntas pactuadas para promoção da qualidade de vida e da segurança local;

2) Quantidade de participação dos gestores das Unidades de Prevenção à Criminalidade de base local, representando a proteção social, nas reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica - GIE, que ocorrem com agendas distintas e pré-definidas para cada município de atuação do Programa, totalizando uma média de 6 encontros por mês, tendo como principal objetivo a prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Para isto, é imprescindível que se crie uma rede de informações, sendo fundamental a realização de reuniões envolvendo os representantes do GIE.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) foram realizadas acumuladamente 205 ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 180, a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ºPA	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
BELO HORIZONTE-CABANA	1	2	3	0	6
BELO HORIZONTE-CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	2	2	1	1	6
BELO HORIZONTE-JARDIM FELICIDADE	3	1	0	1	5
BELO HORIZONTE-JARDIM LEBLON	3	2	1	1	7
BELO HORIZONTE-MINAS CAIXA	2	2	0	0	4
BELO HORIZONTE-MORRO DAS PEDRAS	2	3	2	2	9
BELO HORIZONTE-PEDREIRA PRADO LOPES	3	0	2	1	6
BELO HORIZONTE-PRIMEIRO DE AGOSTO	4	1	0	1	6
BELO HORIZONTE-RIBEIRO DE ABREU	3	2	1	0	6
BELO HORIZONTE-SANTA LÚCIA	3	1	1	1	6
BELO HORIZONTE-SERRA	3	1	2	1	7
BELO HORIZONTE-TAQUARIL	3	0	2	2	7
BELO HORIZONTE-VILA PINHO	2	2	0	1	5
BETIM-CITROLÂNDIA	1	2	0	2	5
BETIM-JARDIM DAS ALTEROSAS	2	3	1	0	6
BETIM-JARDIM TERESÓPOLIS	3	2	1	2	8
BETIM-PTB	1	2	0	1	4
BRUMADINHO (Não há GEPAR)	0	0	0	0	0
CONTAGEM-NOVA CONTAGEM	5	0	2	0	7
CONTAGEM-RESSACA	4	0	1	0	5
GOVERNADOR VALADARES-CARAPINA	5	2	1	2	10
GOVERNADOR VALADARES-TURMALINA	4	2	1	1	8
IPTATINGA-BETHÂNIA	4	2	1	2	9
JUIZ DE FORA-OLAVO COSTA	0	2	1	2	5
MONTES CLAROS-CRISTO REI	3	0	2	1	6
MONTES CLAROS-SANTOS REIS	2	1	1	1	5
RIBEIRAÃO DAS NEVES-JUSTINÓPOLIS	2	0	1	0	3
RIBEIRAÃO DAS NEVES-ROSANEVES	2	1	1	1	5

RIBEIRÃO DAS NEVES-VENEZA	2	1	2	1	6
SANTA LUZIA-PALMITAL	4	1	1	1	7
SANTA LUZIA-VIA COLÉGIO	5	2	0	2	9
UBERLÂNDIA-JARDIM CANAÃ	3	1	1	1	6
UBERLÂNDIA-MORUMBI	3	2	0	0	5
VESPASIANO-MORRO ALTO	1	2	1	2	6
TOTAL	90	47	34	34	205

Este indicador mensura a execução de ações importantes associadas ao eixo de intervenção estratégica do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo. Ele mede tanto as reuniões locais existentes entre equipe de cada UPC e o GEPAR correspondente da região quanto a participação da Gestão Social nas reuniões do Grupo de Intervenção Estratégica. Ao contrário do período passado em que em muitas localidades não houve a execução de nenhuma ação de intervenção estratégica durante os três meses do trimestre, neste período, em todas as localidades ocorreram ao menos uma ação.

#### Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

**Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais**

**Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA**

<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>20.750</b>	<b>38.247</b>

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de Alternativas Penais;
- 2) Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores;
- 3) Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença;
- 4) Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença.
- 5) Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/05/2019) foram realizados acumuladamente 38.247 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 20.750, a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1º PA	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
ARAGUARI	355	187	211	258	1011
BELO HORIZONTE	6828	2473	3369	2872	15542
BETIM	566	187	211	260	1224
CONTAGEM	940	275	340	274	1829
DIVINOPOLIS	444	172	205	265	1086
GOVERNADOR VALADARES	873	181	236	288	1578
IBIRITE	672	272	308	231	1483
IPATINGA	958	367	319	278	1922
JUIZ DE FORA	1606	478	450	543	3077
MONTES CLAROS	912	264	284	213	1673
R. DAS NEVES	460	126	238	279	1103
SANTA LUZIA	1036	403	415	167	2021
SETE LAGOAS	410	247	226	232	1115
UBERABA	351	185	225	240	1001
UBERLÂNDIA	1016	311	335	352	2014
VESPASIANO	259	70	117	122	568
<b>TOTAL</b>	<b>17.686</b>	<b>6.198</b>	<b>7.489</b>	<b>6.874</b>	<b>38.247</b>

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) foram realizados 20561 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais, o que representa um aumento de 16,26% em relação ao período avaliatório anterior.

É importante destacar que aproximadamente 57% dos atendimentos estão associados à modalidade de atendimentos individuais de acompanhamento. Esse tipo de atendimento vem ganhando maior robustez a partir da qualificação técnica da equipe para o desenvolvimento de um acompanhamento que extrapola o monitoramento da alternativa penal. A ampliação da leitura dos casos a partir das vulnerabilidades e riscos e outras demandas da pessoa em alternativa penal faz com que as equipes invistam cada vez mais nessa frente de trabalho. Ressalta-se, ainda, que houve um aumento de 19,37% dessa forma de atendimento se comparado ao período avaliatório anterior; tal oscilação se dá pelo contexto geral de disponibilidade dos profissionais para essa atenção, considerando a composição da equipe, a organização do trabalho interno e a demanda do próprio público.

Outra modalidade importante se refere aos atendimentos de inscrição, que nesse trimestre corresponde a 17,70% do total de atendimentos realizados. Essa modalidade se refere aos atendimentos de novas alternativas penais encaminhadas ao CEAPA pelo Poder Judiciário - a maioria das alternativas penais é oriunda do Juizado Especial Criminal (53%) na modalidade de Prestação de Serviços à Comunidade. Apesar disso, em relação ao período avaliatório anterior, percebe-se uma redução de 6,93% dessa forma de atendimento. Esse quantitativo sofre impacto da organização do Sistema de Justiça e da alteração do operador do Direito que

encaminha os casos, que pode potencializar ou não os encaminhamentos de novas alternativas penais para o programa.

Outra modalidade de atendimentos se refere aos atendimentos grupais na PSC, que representam 7% do quantitativo total de atendimentos nesse período. As equipes são constantemente estimuladas a desenvolver esse tipo de estratégia, tendo em vista o seu potencial interventivo. Além disso, esse quantitativo está relacionado ao número de alternativas penais de Prestação de Serviços à Comunidade que o Sistema de Justiça encaminha, pois em alguns municípios essa é a alternativa penal mais aplicada, e em outros se aplica mais PEAPs. Há também os atendimentos grupais de PEAP's, que representam 18% do total desse indicador e, em relação ao período avaliatório anterior, percebe-se um aumento de 24% de atendimentos nessa modalidade. Nestes, as equipes executam grupos reflexivos de diversas temáticas, como uso de drogas, artigos relacionados ao trânsito, meio ambiente, jogos de azar, ações de responsabilização com os homens no âmbito da Lei Maria da Penha, pessoas em situação de conflito, dentre outros. Nesse trimestre destaca-se a execução de grupos na temática de Drogas (34%) e Ações de responsabilização no âmbito da Lei Maria da Penha (27%). O número de grupos executados está relacionado à demanda do município para determinado tema. Assim, as oscilações são identificadas no período onde as equipes iniciam e executam essas ações, tendo em vista o tempo necessário para formação do quórum de participantes de cada grupo. Em relação aos atendimentos grupais em Práticas Restaurativas, ainda que essa modalidade de atendimento represente apenas 1% do total de atendimentos do período, é importante destacar que houve um expressivo aumento de 68% dessa prática no programa, se comparado ao período avaliatório anterior. Atribui-se tal desenvolvimento ao fomento e capacitações promovidas pela Supervisão Metodológica, bem como à apropriação pela equipe técnica, que utiliza as práticas em diversas frentes de trabalho do programa.

A partir dessa leitura geral, identificamos que alguns municípios contribuíram de maneira significativa para a ampliação dos atendimentos. Abaixo apresentamos uma discussão para cada um deles.

**Araguari:** Para qualificar a inclusão das pessoas em alternativa penal nos grupos, a equipe realizou atendimentos individuais de acompanhamento antes do início dos encontros. Por esse motivo essa modalidade de atendimento foi expressiva no mês de julho, pois em agosto houve a abertura de dois grupos de Ação de Responsabilização de homens em situação de violência contra a mulher e um grupo de Drogas. Além disso, a equipe executou três Grupos de Finalização para encerramento do acompanhamento dos cumpridores de Prestação de Serviços à Comunidade.

**Belo Horizonte:** Destaca-se aumento vultoso de 159,57% dos atendimentos grupais em práticas restaurativas, o que contribuiu para o crescimento desse indicador se comparado ao período avaliatório anterior. Tais práticas vêm sendo incorporadas à metodologia de execução de grupos, e a avaliação – tanto do público, quanto da equipe técnica – é de que houve um ganho na qualidade dessa ação.

**Divinópolis:** Observa-se aumento expressivo no número de atendimentos grupais na PSC, pois a equipe executou dois Grupos de Acompanhamento nesse período e iniciou a realização de Grupos de Inicialização em junho, totalizando quatro GI no período avaliatório. Além disso, com o desenvolvimento da leitura de vulnerabilidades do público, a equipe investiu em atendimentos de acompanhamento, o que se reflete no quantitativo de encaminhamentos para a rede de proteção social.

**Sete Lagoas:** A equipe iniciou a execução de grupos reflexivos nesse período avaliatório, a partir da abertura de grupos de Ação de Responsabilização de homens em situação de violência contra a mulher em junho e agosto, o que elevou o número de atendimentos nesse período.

**Ribeirão das Neves e Uberaba:** Nos meses de julho e agosto as duas equipes apresentaram maior quantitativo de atendimentos de acompanhamento devido a um ajuste na contabilização desse indicador, que estava sendo subnotificado.

#### Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

**Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais****Indicador nº 3.2.** Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
76%	72,78%

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de 72,78%, correspondendo à 95,59% da meta estabelecida. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO
ARAGUARI	27	31	87,10%
BELO HORIZONTE	657	872	75,34%
BETIM	105	135	77,78%
CONTAGEM	148	192	77,08%
DIVINOPOLIS	24	29	82,76%
GOVERNADOR VALADARES	75	100	75,00%
IBIRITE	78	114	68,42%
IPATINGA	106	184	57,61%
JUIZ DE FORA	79	187	42,25%
MONTES CLAROS	96	99	96,97%
R. DAS NEVES	45	53	84,91%
SANTA LUZIA	74	96	77,08%
SETE LAGOAS	29	29	100,00%
UBERABA	21	27	77,78%
UBERLÂNDIA	149	200	74,50%
VESPASIANO	36	55	65,45%
TOTAL	1.749	2.403	72,78%

Este indicador descreve o quanto das penas e alternativas penais, a cada período avaliatório tem seu cumprimento de acordo com a determinação judicial. Ele é mensurado levando-se em consideração o total de penas cumpridas integralmente num período dentro do universo de penas baixadas, ou seja, que deixaram de ser acompanhadas pelo programa.

A oscilação desse percentual se dá de acordo com as finalizações do acompanhamento dos casos realizadas em cada período. Tais finalizações acontecem no monitoramento periódico dos casos e, em específico, no encerramento de PEAP's, pois há impacto no dado do período por serem encerradas todas as alternativas penais daquele grupo conjuntamente.

Cabe destacar que entre as oscilações em alguns municípios apresentaram índices mais altos, são eles: Araguari e Montes Claros.

**Araguari:** Nos meses de junho e agosto, todas as alternativas penais baixadas ocorreram por cumprimento integral, o que elevou o percentual de cumprimento desse período avaliatório em comparação ao anterior.

**Montes Claros:** Em relação à alternativa penal de PSC, nota-se que nos meses de julho e agosto houve maior representatividade de baixas relacionadas ao cumprimento integral e indulto em relação ao total de baixas por descumprimento, o que gerou aumento no percentual nesse período em relação ao anterior. Já no que tange à alternativa penal de PP, verifica-se que no mês de agosto atingiu 100% de cumprimento, o que também corrobora para o aumento global desse indicador.

**Sete Lagoas:** assim como no período avaliatório anterior, as baixadas estão relacionadas ao adimplemento integral das condições impostas judicialmente em sede de Prestação de Serviços à Comunidade e participação em Ação de Responsabilização com homens no âmbito da Lei 11.340/06. Por isso, a não ocorrência de informes de descumprimento destas alternativas penais manteve o indicador no mesmo patamar.

**Divinópolis:** quando comparado ao 1º período avaliatório, a representatividade de baixas pautadas no cumprimento integral e indulto de Prestação de Serviços à Comunidade sofreu pouca oscilação em relação ao total de baixas por descumprimento desta



alternativa penal. Tal fato manteve o percentual de cumprimento pouco alterado neste município.

**Ribeirão das Neves:** Na medida em que os esforços da equipe para a manutenção de atualizações periódicas de monitoramento foram mantidos e número de PEAPs encerrados foi semelhante nos períodos avaliatórios, o indicador sofreu pouca variação. De tal modo, a proporção de baixas por cumprimento integral e indulto em relação ao total de baixas por descumprimento de alternativas penais se manteve estável quando comparado ao período anterior.

**Fonte de comprovação do indicador**

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

**Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais****Indicador nº 3.3.** Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio**Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****1.000****1.600****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais.

Este indicador objetiva mensurar as ações do CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõe essa rede.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais;
- 2) Visitas de entidades da rede parceira à Unidade de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Visitas a órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão sobre fluxos de alternativas penais.
- 4) Visitas em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas transversais às alternativas penais.
- 5) Visitas de captação de novos parceiros;
- 6) Encontros para discussão de casos com a rede de proteção social;
- 7) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa, limitadas ao máximo de 30 entidades.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/03/2019 a 31/05/2019) foram realizadas acumuladamente 1.600 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 500 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1º PA	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
ARAGUARI	96	38	18	10	162
BELO HORIZONTE	178	50	95	52	375
BETIM	24	5	4	4	37
CONTAGEM	28	34	12	14	88
DIVINOPOLIS	26	10	13	26	75
GOVERNADOR VALADARES	79	8	11	15	113
IBIRITE	25	11	16	8	60
IPATINGA	52	8	5	19	84
JUIZ DE FORA	38	19	7	13	77
MONTES CLAROS	37	8	8	15	68
R. DAS NEVES	72	16	13	16	117
SANTA LUZIA	28	4	7	2	41
SETE LAGOAS	28	1	10	4	43
UBERABA	39	13	31	19	102
UBERLÂNDIA	61	16	7	19	103
VESPASIANO	35	3	9	8	55
TOTAL	846	244	266	244	1.600

Este indicador é a soma das articulações desenvolvidas que compreendem as parcerias com o Sistema de Justiça, rede de proteção social, rede de alternativas penais, Poder Executivo local, dentre outras. Tais ações ocorrem por meio de visitas às entidades, realização de encontros de rede, discussão de casos e participação em espaços de discussão instituídos.

As oscilações desse indicador ocorrem devido à organização do trabalho da equipe para a pauta da rede, a atenção demandada por cada parceiro, bem como as necessidades apontadas pelos casos.

Cabe destacar que as oscilações que contribuíram para o aumento desse indicador estão relacionadas aos encontros de rede realizados em alguns municípios, são eles:

Contagem: No mês de junho a equipe realizou um encontro de rede, com a presença de vinte e duas instituições, o que contribuiu para um aumento desse quantitativo em relação ao período avaliatório anterior. Como desdobramento dessa ação, observa-se uma importante aproximação da rede parceira por meio da ampliação das visitas de monitoramento às entidades que acolhem cumpridores de Prestação de Serviços à Comunidade. No primeiro período foi realizada apenas uma visita dessa modalidade, enquanto no período em análise foram realizadas vinte visitas.

Divinópolis: No mês de agosto a equipe realizou o primeiro encontro de rede, com a presença de dezesseis instituições, o que contribuiu para um aumento desse quantitativo em relação ao período avaliatório anterior.

Uberaba: No mês de julho e agosto a equipe realizou encontro de rede, com a presença de vinte e oito instituições no total, o que contribuiu para um aumento desse quantitativo em relação ao período avaliatório anterior, no qual foi realizado um encontro com a participação de sete instituições.

#### **Fonte de comprovação do indicador**

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

**Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional****Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP****Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****7.800****10.710****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: O Programa PRESP busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.

Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- 1) Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos;
- 2) Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento;
- 3) Atendimentos individuais com familiares de egressos;
- 4) Atendimentos individuais de pré-egresso e/ou familiar;
- 5) Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença;
- 6) Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença.
- 7) Participação de familiares de egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.
- 8) Participação de familiares de pré-egressos em cada atendimento grupal realizado pelo PRESP e assinaram a lista de presença.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) foram realizados cumulativamente 10.710 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 7.800 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ºPA	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
BELO HORIZONTE	993	277	382	315	1967
BETIM	521	179	155	140	995
CONTAGEM	306	82	176	97	661
GOVERNADOR VALADARES	327	99	129	117	672
IPATINGA	286	84	101	100	571
JUIZ DE FORA	385	175	195	184	939
MONTES CLAROS	269	147	169	146	731
RIBEIRÃO DAS NEVES	517	231	256	270	1.274
SANTA LUZIA	394	60	118	148	720
UBERABA	487	144	157	177	965
UBERLÂNDIA	741	177	137	160	1.215
TOTAL	5.226	1.655	1.975	1.854	10.710

A partir de uma análise global do indicador referente ao número acumulado de atendimentos realizados pelo PrEsp, percebe-se uma permanência dos números acima da meta estipulada, sendo que o mês de junho apresentou aproximadamente 27% superior ao valor previsto, e os meses de julho e agosto, 52% e 43% respectivamente. Vale mencionar que maio, julho e agosto apresentaram os números mais expressivos desde o início da vigência do Contrato de Gestão 002/2019. É possível verificar que, nesse período, a maioria das equipes apresentaram os números superestimados, o que se correlaciona com a orientação para o ano de 2019 de ampliação das frentes de trabalho do Programa, principalmente no que se refere aos atendimentos grupais. Outro ponto que merece destaque, foi a elevação significativa de 317 atendimentos do mês de junho para julho, diferente do mês de julho para agosto que teve oscilação de 116.

Nesse contexto, o PrEsp de Santa Luzia, Contagem e Belo Horizonte chamam atenção, apresentando grande oscilação dos números. Em Santa Luzia, constata-se uma considerável queda dos atendimentos no mês de junho, tendo em vista a saída da analista e estagiária, sendo priorizado os atendimentos individuais e realização do Seminário Mobiliza PrEsp – O Egresso no

Cotidiano Social, causando redução na execução dos grupos. Em Belo Horizonte, também nota-se uma considerável diminuição no mês de junho, principalmente em relação aos atendimentos individuais. Foi realizada tentativa de compreender quais elementos podem ter influenciado nessa queda, inclusive o fato da mudança do livro de assinatura para reconhecimento facial, o que gerou relevante redução da circulação do público na UPC, porém não foi possível identificar com precisão. Tem sido analisado de forma mais aprofundada junto à equipe, tendo em vista que o número de atendimentos aumentou novamente no mês seguinte, e não houve alteração nos números referentes à assinatura. Em relação à Contagem, percebe-se um aumento exorbitante em julho, devido à coleta de assinatura realizada na UPC, que ocorre trimestralmente, contribuindo para maior circulação e acesso do público ao Programa.

Destaca-se que o Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional trabalha o atendimento às pessoas egressas do Sistema Prisional enquanto um direito assegurado na Lei de Execução Penal, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social. Ofertar um dispositivo ao egresso na qual ele se vincula de forma voluntária, além de um direito, mostra-se fundamental para a permanência em liberdade, tendo em vista a possibilidade de intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Nessa perspectiva, ao analisar o referido indicador, constata-se uma predominância do número de atendimentos individuais, representado por 52% do total deste. Vale ressaltar a importância do atendimento no âmbito individual, principal frente de trabalho do Programa, que contribui para o fortalecimento de vínculo, construção de caso e desenho do acompanhamento, de modo a intervir em fatores de vulnerabilidades sociais e pessoais que possam favorecer o comportamento de risco, a vitimização e a reincidência criminal. As unidades que apresentam maiores índices de atendimentos individuais são Ipatinga (76%) e Uberlândia (75%), ambos executam baixo número de execução de atividades coletivas, o que contribui para este contexto. Em contrapartida, os CPCs de Ribeirão das Neves (23%) e Uberaba (22%) apresentaram os menores índices de atendimentos individuais, porém demonstram alto número de participação em atividades coletivas tanto de egressos e pré-egressos.

Além disso, foi identificado e trabalhado com as equipes a necessidade de uma qualificação da parceria com o Poder Judiciário, de modo a sair da lógica da fiscalização de assinaturas. A partir disso, atualmente, tem-se como diretriz metodológica a busca de novas possibilidades de acesso e vinculação do público ao Programa. Observa-se que uma reatuação da forma de atuação junto às Varas de Execuções Penais, tem propiciado a realização de ações de divulgação do Programa, não mais enquanto uma condicionalidade, mas como a oferta de um dispositivo de suporte para a retomada da vida em liberdade. Para tanto, as equipes têm investido na criação de ações coletivas de apresentação do Programa, o que tem impactado no número acumulado de atendimentos, representando 24% do total deste indicador. A título ilustrativo, o PrEsp-Uberaba impactou expressivamente esse dado, tendo em vista que as atividades de divulgação representam 73% de todos seus atendimentos. Vale ressaltar que o referido município não coleta mais assinaturas dentro do CPC, o que convoca a equipe a reconstruir permanentemente a forma de oferta do Programa. Em seguida, está o PrEsp-Contagem com 38%, Governador Valadares com 25%, Juiz de Fora com 22%, Ribeirão das Neves e Belo Horizonte com 21% dos seus atendimentos, o que possui relação com as articulações construídas junto ao Poder Judiciário para execução destas ações.

Outro fator, refere-se ao movimento que as equipes vêm fazendo para o fortalecimento da parceria com as Unidades Prisionais, que tem se apresentado como uma importante estratégia de vinculação com o público e contribuído para o aumento do número do referido indicador. A partir de uma diretriz do Programa, as articulações e grupos com pré-egressos vem sendo retomadas, o que representa 8% do total do referido indicador. Conforme supramencionado, o PrEsp de Ribeirão das Neves e Uberaba evidenciam os maiores índices de atividades com pré-egressos, sendo 20% e 24% respectivamente referente ao número total de atendimentos de cada unidade. Em relação à Ribeirão das Neves, destaca-se que é o município de abrangência com a maior quantidade de Unidades Prisionais, o que amplia possibilidade de atuação. Já em Uberaba, a equipe tem priorizado ações coletivas que possibilitam a divulgação e vinculação do público, diante do contexto de não assinatura no PrEsp.

#### **Fonte de comprovação do indicador**

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

## Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional

### Indicador nº 4.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
75%	78,5%

#### Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Descrição: O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PRESP, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi 78,5%. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 75% a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
BELO HORIZONTE	519	665	78,0%
BETIM	184	247	74,5%
CONTAGEM	110	206	53,4%
GOVERNADOR VALADARES	183	206	88,8%
IPATINGA	170	230	73,9%
JUIZ DE FORA	270	314	86,0%
MONTES CLAROS	239	303	78,9%
RIBEIRÃO DAS NEVES	280	337	83,1%
SANTA LUZIA	202	248	81,5%
UBERABA	110	129	85,3%
UBERLÂNDIA	294	378	77,8%
TOTAL	2.561	3.263	78,5%

A discussão apresentada no indicador 4.1 de ampliação e qualificação das frentes de trabalho do PrEsp e adesão voluntária vem contribuindo significativamente para o indicador de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp, que se apresentou nesse período em sua maioria a cima ou dentro do esperado. Destaca-se que o Programa tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PrEsp, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp. Para fins desse indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.

Ressalta-se que o PrEsp-Contagem foi a única UPC que apresentou índice de adesão abaixo do esperado nos três meses de referência, ao contrário das unidades de Governador Valadares, Juiz de Fora e Uberaba, que apresentaram as maiores taxas de vinculação. Vale salientar que o referido indicador foi pactuado pela primeira vez no Contrato de Gestão vigente e tem sido feito um movimento de análise das variáveis que podem interferir no seu aumento ou redução. Já foi possível perceber que o número de inscrições realizadas no mês impacta na oscilação desse dado.

#### Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

**Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional****Indicador nº 4.3.** Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
420	750

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: O PRESP desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos;
- 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
- 3) Número de participação das equipes do PRESP em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município;
- 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa;
- 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos.
- 6) Visitas às unidades prisionais.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) foram realizadas 750 atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 420 a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

UPC	1ºPA	JUNHO	JULHO	AGOSTO	TOTAL
BELO HORIZONTE	52	14	29	14	109
BETIM	53	11	8	12	84
CONTAGEM	15	6	10	10	41
GOVERNADOR VALADARES	21	4	4	12	41
IPATINGA	20	3	4	7	34
JUIZ DE FORA	55	19	11	16	101
MONTES CLAROS	19	6	11	9	45
RIBEIRÃO DAS NEVES	23	7	8	7	45
SANTA LUZIA	12	3	5	2	22
UBERABA	60	17	36	16	129
UBERLÂNDIA	73	6	10	10	99
TOTAL	403	96	136	115	750

O vínculo com o público atendido é processual e contínuo, além de imprescindível para a realização de intervenções e qualificação dos encaminhamentos para a rede de proteção, que favorece o acesso a direitos e promove condições para a inclusão social das pessoas egressas. Nessa perspectiva, as equipes têm priorizado as atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional, com objetivo de ampliar as portas de entradas, discutir casos, construir fluxos e parcerias, pautar discussões de segurança pública cidadã e prevenção à criminalidade, dentre outros, que tem se apresentado de modo global 78,33% a cima da meta estipulada. Nota-se que houve uma elevação considerável no mês julho, com 94% superior ao previsto, sendo que as equipes de Belo Horizonte e Uberaba merecem destaque no que refere a esse aumento, principalmente devido à realização do encontro de rede realizado pelos Programas de Base Municipal sobre segurança cidadã em Uberaba e encontros com instituições para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade pela UPC BH, que representou 36% de suas ações.

**Fonte de comprovação do indicador**

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

**Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade**

**Indicador nº 5.1. Percentual de acompanhamento in loco da Supervisão no interior**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	100%

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: acompanhamento *in loco* da Supervisão permite que tanto o Supervisor Geral, quanto os Supervisores Metodológicos, possam exercer suas atribuições, de acordo com cada cargo, nos municípios do interior do Estado, de forma que verifiquem e acompanhem o desenvolvimento das equipes técnicas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Desta forma, este indicador visa aferir o percentual de visitas de acompanhamento realizadas pela Supervisão Geral e Supervisão Metodológica no interior de acordo com os cronogramas.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) foram planejadas a realização de 10 viagens de supervisão metodológica. Todas elas foram realizadas. Além delas, durante o período foram demandadas outras viagens devido a necessidades específicas de cada localidade.

Viagens Planejadas	Programa	Viagens realizadas	Programa
Juiz de Fora	Supervisão Geral	Juiz de Fora	Supervisão Geral
Araguari/Uberaba	CEAPA	Araguari/Uberaba	CEAPA
Montes Claros	PRESP	Montes Claros	PRESP
Uberlândia	Fica Vivo!	Uberlândia	Fica Vivo!
Sete Lagoas	Supervisão Geral	Sete Lagoas	Supervisão Geral
Juiz de Fora	Mediação de Conflitos	Juiz de Fora	Mediação de Conflitos
Ipatinga	PRESP	Ipatinga	PRESP
Juiz de Fora	Fica Vivo!	Juiz de Fora	Fica Vivo!
G. Valadares	Mediação de Conflitos	G. Valadares	Mediação de Conflitos
		Ipatinga	Fica Vivo!
		Uberlândia	Supervisão Geral
		Divinópolis	CEAPA

Segue abaixo um resumo dos tópicos desenvolvidos em cada viagem:

03 a 05 de junho - Juiz de Fora/Supervisão Geral – Capacitação inicial da nova gestão; orientações sobre os pontos de trabalho com a rede, equipe, gestão de RH, dados e metas.

10 a 13 de junho - Araguari-Uberaba/CEAPA – Orientações e avaliações sobre a execução do projeto de prevenção; orientações sobre relação com a rede, discussões de caso, discussão da parceria com Universidade Paulista.

10 a 13 de junho - Montes Claros/PRESP – Reunião com gestão social para orientação técnica e metodológica; orientações sobre articulação de rede, relatório qualitativo, trabalho com pré-egressos, indicadores e metas.

10 a 13 de junho - Uberlândia/Fica Vivo – Reunião com gestão social para avaliação do trabalho das equipes, orientações sobre atendimentos, oficinas, projetos locais relação Fica Vivo e Gepar.

11 a 12 de junho - Sete Lagoas/Supervisão Geral – Capacitação inicial da nova gestão da UPC no município; apresentação dos instrumentais de gestão, discussão sobre organização do trabalho e contexto de execução da política.

17 a 19 de junho - Juiz de Fora/Mediação de Conflitos – Formação técnica inicial para novo analista; discussão de casos coletivos, definição de estratégias de inserção em espaços comunitários.

24 a 26 de junho - Ipatinga/PRESP – Orientações técnicas e metodológicas sobre atendimentos e temática que afetam o programa como a monitoração via tornozeleira eletrônica no município, aumento no número de assinaturas grupos com pré-egressos. Discussão sobre os instrumentos do programa, controle sobre dados e indicadores.

25 a 28 de junho - Juiz de Fora/Fica Vivo – Capacitação inicial de um novo analista, orientações técnicas e metodológicas sobre



oficinas, reuniões com Gepar, projetos locais e de circulação.

02 a 05 de julho - G. Valadares/Mediação de Conflitos – Orientação técnica e metodológica da gestão social sobre as atividades do programa. Orientações e capacitações das duas equipes sobre atendimentos individuais e coletivos;

16 a 18 de julho - Ipinga/Fica Vivo! – Reunião com Gestão Social para orientação técnica e metodológica sobre o programa. Orientação metodológica para as equipes sobre oficinas e dinâmica criminal. Capacitação inicial de um novo analista. Orientações e construção de ações interventivas acerca da semana da juventude, projetos locais, rede institucional, etc.

12 a 15 de agosto - Uberlândia/Supervisão Geral – Realização de processo seletivo para Gestão Social e orientação e organização do trabalho das três unidades de prevenção até a contratação do novo gestor.

29 a 30 de agosto - Divinópolis/CEAPA – executar atividades de supervisão metodológica em acompanhamento in loco do trabalho desenvolvido pela equipe. Reunião com gestão social, apresentar orientações sobre o monitoramento de casos, orientações sobre plantão de atendimentos e referência técnica regional.

Vale ressaltar que no último mês do período avaliatório algumas viagens foram restringidas devido a ausência de recursos para custeá-las. As viagens realizadas em agosto ou foram custeadas com recursos de fonte federal ou foram viagens emergenciais com a realizada em Uberlândia para a realização de processo seletivo para gestão social.

As supervisões metodológicas ocorrem em diversos espaços para além das viagens in loco. Nesse período cada um dos programas realizou um conjunto significativo de intervenções junto as equipes com o intuito de aprimoramento do trabalho. Cada programa realizou em média mais de 3 intervenções por equipe ao longo do trimestre.

Como desdobramento disso, apresentamos abaixo uma leitura dessas intervenções especificamente para atuar junto as equipes no que se refere ao dados e metas estabelecidas:

#### **Programa CEAPA**

A Supervisão Metodológica da CEAPA investiu em diversos espaços formativos desde janeiro deste ano. Os temas trabalhados buscaram ampliar o olhar técnico sobre as ações e auxiliaram na construção de uma atenção individualizada para cada pessoa em alternativa penal. Além disso, potencializaram as intervenções junto à rede parceira a partir da construção de estratégias adequadas para cada necessidade, o que aproximou as instituições do programa e impulsionou as alternativas penais no âmbito da segurança pública cidadã.

Como reflexo dessas ações é possível observar o aumento significativo do número de atendimentos individuais de acompanhamento, grupais de PEAP e grupais de práticas restaurativas. Sobre os atendimentos de acompanhamento é notável a evolução das equipes no que diz respeito à atenção aos cumpridores para além do cumprimento da alternativa penal, por meio de leituras sobre vulnerabilidades sociais e riscos criminais. A partir dessa leitura, a equipe vem desenvolvendo maior aproximação com a rede de proteção e avançando nas intervenções de prevenção à criminalidade.

Da mesma forma, associa-se a esse aperfeiçoamento técnico o desenvolvimento de atendimentos grupais de PEAP. O fomento a essa modalidade é reflexo da qualificação da leitura da equipe sobre os casos e ampliação do olhar sobre as possibilidades de intervenção grupal. Ao promover capacitação específica sobre essa condução, a Supervisão também contribui para a instrumentalização da equipe visando o aprimoramento dos grupos executados.

No que diz respeito aos atendimentos grupais de práticas restaurativas destaca-se o importante aumento nessa modalidade, principalmente a partir da vivência da prática pela equipe técnica promovida pela Supervisão no início do ano. Nesse âmbito foram realizadas três ações de formação voltadas exclusivamente para essa temática, o que repercutiu no aumento de 68% de atendimentos realizados com essa metodologia no segundo período avaliatório.

Ao analisar os três indicadores do programa, é possível planejar ações para qualificar ainda mais o trabalho das equipes. Prioritariamente, a Supervisão Metodológica vem construindo espaços para orientar as equipes sobre os dados e indicadores do programa e de que forma a análise desses dados pode ser utilizada para qualificação da atenção ao público e criação de articulações de rede mais assertivas. Almeja-se trabalhar essa análise de forma singular, com o intuito de qualificar as leituras e ações em cada município.

Em relação ao Indicador I, número acumulado de atendimentos, avalia-se a necessidade de continuar investindo em ações que contribuam para o desenvolvimento do olhar para além da alternativa penal; a continuidade dos espaços de capacitações temáticas; o fomento às práticas restaurativas e execução de Grupo Introdutório (G-INTRO); e ações de acompanhamento no âmbito das Medidas Cautelares.

No que tange ao Indicador II, percentual de cumprimento, planeja-se impulsionar as ações de monitoramento regular das alternativas penais e maior apropriação da Planilha de Monitoramento pelos profissionais.

Por fim, para o Indicador III, número acumulado de ações junto à rede, busca-se ampliar o escopo técnico da equipe para que haja qualificação das parcerias e efetividade nas articulações de rede realizadas pelo programa. A Supervisão Metodológica fomentará a inventividade das equipes para construções mais inovadoras e adequadas para cada realidade.

#### **Programa PRESP**

Uma das frentes prioritárias de trabalho do Programa refere-se à ampliação de práticas de atendimentos coletivos e diante disso, tem sido realizado um trabalho com as equipes de fomento e qualificação das práticas grupais, tanto com pré-egressos, egressos, mulheres e familiares.

Além disso, a partir de uma maior vinculação com o público e o movimento de qualificação do acompanhamento para além das demandas concretas, tem sido possível adentrar cada vez mais nas situações de envolvimento e risco criminal que permeiam a vida da pessoa egressa. Diante desse desafio evidenciado pelas equipes, a supervisão tem debruçado sobre esta temática, de modo a construir possibilidades de intervenções estratégicas, inclusive realizando uma formação mensal em agosto sobre o tema em questão.

Outro ponto de trabalho junto às equipes, refere-se à importância do preenchimento dos instrumentos de trabalho de forma qualificada, de modo a contribuir para uma leitura e análise dos dados e indicadores que apresentam o trabalho desenvolvido, orientando os atores da política no desenvolvimento de ações estratégicas. Por fim, importante salientar que a implantação do PrEsp em Araguari no final do mês de julho, tem demandado acompanhamento prioritário, apesar de não contabilizado neste período avaliatório.

### **Programa Mediação de Conflitos**

Há uma tendência de melhora no desempenho das equipes em relação aos três indicadores do programa. Essa tendência pode estar, em certa medida, associada a intervenções metodológicas junto à equipe técnica do PMC.

Os dados do programa indicam que o aumento no número de atendimentos está associado ao crescente investimento das equipes em modalidades de atendimentos coletivos (ações de organização comunitária, casos coletivos e projetos temáticos). Ao longo do ano de 2019, a supervisão metodológica do PMC tem abordado de maneira enfática junto às equipes a relevância desse tipo de intervenção para o aprimoramento do viés comunitário do programa. Esse tema vem sendo tratado em todas as supervisões in loco ou por telefone. Um dos exemplos desse esforço formativo foram as supervisões temáticas. Três delas tiveram como tema a "Mobilização comunitária para o enfrentamento a violências", realizadas nos dias 24, 25 e 28 de junho, com as equipes de BH, Região Metropolitana e Interior, respectivamente. A supervisão temática é uma nova configuração do espaço de supervisão, que visa qualificar a atuação das equipes técnicas junto ao público atendido. Esse espaço conta com a participação de representantes de cada uma das equipes, congregados em torno da troca de experiências e da discussão de casos relativos a temáticas específicas. Ao lado das supervisoras, convidados(as) externos - pessoas das comunidades atendidas ou especialistas no tema abordado - contribuem com a condução desse espaço de reflexão.

Paralelamente ao incremento desses espaços de troca, a supervisão metodológica tem repisado as formas de preenchimento dos instrumentais de atendimento, de modo que a evitar o sub-registro das intervenções. Esse cuidado com o registro dos atendimentos tem impacto principalmente entre as "ações de organização comunitária", modalidade mais fluida e cotidiana de intervenção, que exige mais atenção das equipes no momento de quantificá-las.

Além disso, a supervisão metodológica vem incentivando as equipes a realizarem projetos temáticos de maneira mais dinâmica e recorrente. Essa modalidade de atendimento resulta em uma ampliação do número de atendimentos, por se tratar de uma intervenção tendente a congregar muitas pessoas das comunidades.

A ampliação do número de projetos temáticos parece ter repercutido no aumento do número de pessoas atendidas. Ao investir nessa modalidade de atendimento, as equipes sinalizam adesão à construção metodológica de tornar as intervenções coletivas tópicas uma prática mais cotidiana. É também possível que o incentivo da supervisão às atividades de circulação das equipes pelos território - com vistas a uma presença marcante e visível na cena comunitária - esteja refletido na quantidade considerável de pessoas atendidas na modalidade de atendimento de "ação de organização comunitária".

Devemos acrescentar que a diversificação das pessoas e grupos sociais atendidos tem sido tratada como prioridade pela supervisão metodológica. As equipes vêm sendo provocadas a atender múltiplos territórios, aumentando a área de efetiva atuação comunitária do PMC, de modo que essa maior capilaridade pode estar contribuindo para o aumento do número de atendimento a diferentes pessoas das comunidades.

É possível que intervenções metodológicas sistemáticas também tenham contribuído para o aumento numérico das ações de rede tecidas pelas equipes técnicas. Tais intervenções surgiram no escopo de discussões de casos e nas análises das dinâmicas sociais das criminalidades e violências, em que a supervisão pode construir, em diálogo com as equipes, possibilidades de articulação de redes sociais mistas. A supervisão tem sublinhado a necessidade de ampliação dos esforços das equipes em acionar não só parceiros institucionais, mas, inclusive, atores comunitários capazes de atuar em situações de conflitos violentos ou de mobilização social. Tanto a já mencionada supervisão temática sobre "Mobilização comunitária para o enfrentamento a violências", quanto o encontro de formação com a equipes do interior – "Mediação de conflitos entre atores armados não-convencionais"(22/08/19) – tinham como objetivo incrementar o repertório de atuação das equipes ao lado da rede mista de proteção social.

Concomitante a essas intervenções, a supervisão metodológica reforçou orientações em torno do registro apurado das ações de rede, especialmente aquelas que antecedem o encaminhamento propriamente dito. Vale notar que a ênfase dada pela supervisão ao acompanhamento de casos de violência e à realização de projetos temáticos pode ter incidido sobre o aumento quantitativo desse indicador, na medida em que tais intervenções demandam um esforço considerável de interlocução e articulação das equipes junto à rede parceira.

A propósito, devemos salientar que a supervisão metodológica tem colocado em primeiro plano o aprimoramento da capacidade de intervenção das equipes no enfrentamento às violências. Entre os meses de junho e agosto de 2019, todas as supervisões temáticas e encontros de formação abordaram estratégias de atendimento frente a situações de violência. Essa ênfase pode estar associada à relativa ampliação do número de casos violentos atendidos pelo programa, bem como ao crescimento do volume quantitativo de projetos temáticos que tratam de violências diversas.

Considerando que aproximadamente 45% das situações de violência trazidas ao programa em atendimento individuais dizem respeito a conflitos domésticos, a supervisão tem apostado não apenas na formação das equipes para o acolhimento das mulheres, mas também na construção de repertórios de atendimento individual e coletivo a homens agressores. Com esse intuito, realizamos duas supervisões temáticas sobre "Violência doméstica: o atendimento aos homens" (28 e 29/08/19), com o apoio de profissionais da CEAPA, programa com significativa experiência junto ao público masculino, que atualmente representa em torno de 30% do total de pessoas atendidas pelo PMC. Nos próximos meses pretendemos dar continuidade à abordagem do tema das "masculinidades violentas", contribuindo para a qualificação das intervenções técnicas nas comunidades atendidas.

### **Programa Fica Vivo!**

MORUMBI: diálogo com a diretoria do Programa para readequação da meta dos indicadores “Encontro de oficinas e Média mensal de Jovens participantes nas oficinas” para essa Unidade.

MORRO DAS PEDRAS: apesar das novas implantações de oficinas no trimestre interferirem quantitativamente, considero importante que a meta do indicador não seja repactuada no momento, uma vez que as modalidades do ofício (artes), historicamente no Programa não concentra número elevado de jovens. Assim, será essencial o acompanhamento das oficinas e a observação nos próximos dois meses para posterior intervenções que se fizerem necessárias, tais como: readequação da meta; divulgação das oficinas; alteração dos locais das oficinas; estratégias de aproximação e construção de vínculos comunitários, entre outras.

JUSTINÓPOLIS: a supervisão tem considerado em diálogo com a equipe a importância da manutenção do investimento em Projetos, mas pautando como essencial a construção de estratégias que foquem na abrangência do público, ou seja, a participação de jovens que não estão em oficinas. Dessa forma, os Projetos poderão ser “porta-entrada” para as oficinas e aumento do público atendido nessa modalidade. Para além, o acompanhamento sistemático das oficinas com reduzida participação de jovens vem sendo pontuado.

MORRO ALTO: a equipe em construção no espaço da supervisão tem elaborado um planejamento de acompanhamento mais próximo das oficinas com número reduzido de jovens. As reuniões individuais com oficineiros e ida com frequência às oficinas são estratégias combinadas e anunciadas em relatório do mês de agosto, o que denota preocupação e compromisso da equipe em avançar nesse indicador, considerando os aspectos sociais e culturais de determinadas modalidades de oficinas.

TAQUARIL: tais resultados são presumíveis e esperados, tendo em vista os planos de intervenção pactuados entre gestão e supervisão para o território e que incluem; chamamentos públicos para a implantação de oficinas; fortalecimento dos vínculos comunitários e de rede; qualificação da parceria com oficineiros; circulação com o território.

CRISTO REI: a supervisão metodológica vem acompanhando e auxiliando a equipe nos processos de seleção de oficineiros.

JARDIM DAS ALTEROSAS- BETIM: a supervisão metodológica vem trabalhando junto à gestão social e equipe pontos relacionados à qualificação do trabalho junto aos oficineiros. A parceria Fica Vivo! e Gepar tem sido uma constante, tendo em vista os impactos do grupamento na atuação deste programa.

SERRA: as intervenções nos espaços públicos serão retomadas nos próximos meses. Como apresentado anteriormente fez-se urgente requalificar as ações, que via de regra, estavam se afastando dos objetivos estabelecidos na metodologia deste programa.

CARAPINA E TURMALINA: acompanhamento próximo das equipes (especialmente do CPC Turmalina) a fim de apreender junto a estas o contexto de atendimentos em oficinas. Estimular junto às equipes maior qualificação dos números de atendimentos, através do monitoramento com maior constância das oficinas, reuniões e discussões individuais com oficineiros e oficineiras, e diálogo constante com a supervisão metodológica.

RESSACA: acompanhamento da equipe e discussão das possibilidades de implantação de oficinas. Fomento a diversas formas de captação de novas propostas de projetos de oficinas.

JARDIM LEBLON: acompanhamento juntamente à equipe e à gestão social do desenvolvimento da oficina de dança implantada. Acompanhamento e elaboração de estratégias junto à equipe de ampliação do número de jovens atendidos em oficinas com número mais baixo de jovens.

RIBEIRO DE ABREU: continuidade do acompanhamento de gestão e supervisão do trabalho executado pela equipe. acompanhamento metodológico dos processos de desligamento e substituições de oficinas.

PALMITAL: acompanhamento da equipe juntamente à gestão social, com o objetivo de discutir com a equipe as oficinas com baixo número de atendimentos e estratégias para a ampliação deste número.

### **Fonte de comprovação do indicador**

Relatórios das visitas realizadas pelos Supervisores.

**Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade**

**Indicador nº 5.2. Percentual de Participação das equipes nas capacitações**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: Este indicador visa aferir o percentual de participação dos profissionais contratados pela entidade parceira nas capacitações que ocorrerem

no período avaliatório para atuarem na Política de Prevenção à Criminalidade. Elas objetivam:

- 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes;
- 2) Garantir Agostor envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

No período avaliatório não havia prevista de realização de capacitações com recursos.

A despeito disso, os programas realizaram um conjunto de atividades formativas para as equipes. Abaixo segue uma listagem dessas formações para cada um dos programas.

CEAPA

TIPO	DATA	TEMÁTICA	PÚBLICO
Capacitação de Equipes (videoconferência)	05/06/2019	Oficina de Intervenções Abertas	Equipes do Interior
Capacitação de Equipes (videoconferência)	19/06/2019	Recursos utilizados nos PEAPS	Equipes do Interior
Capacitação de Equipes	26/06/2019	Recursos utilizados nos PEAPS	Equipes BH e RMBH (grupo tarde)
Capacitação de Equipes	10/07/2019	Oficina de Intervenções Abertas	Equipes BH e RMBH
Capacitação de Equipes (videoconferência)	17/07/2019	Comunicação Não Violenta (CNV)	Equipes do Interior
Capacitação de Equipes	17/07/2019	Recursos utilizados nos PEAPS	Equipes BH e RMBH (grupo manhã)
Capacitação de Equipes	24/07/2019	Comunicação Não Violenta (CNV)	Equipes BH e RMBH
Capacitação de Equipes (videoconferência)	31/07/2019	A utilização de práticas circulares / restaurativas na execução de grupos	Equipes Interior (Montes Claros, Uberlândia, Juiz de Fora, Ipatinga e Governador Valadares)
Capacitação de Equipes	07/08/2019	A utilização de práticas circulares / restaurativas na execução de grupos	Equipes BH e RMBH
Capacitação de Equipes (videoconferência)	08/08/2019	A utilização de práticas circulares / restaurativas na execução de grupos	Equipes Interior (Uberaba, Divinópolis, Sete Lagoas, Araguari)

Capacitação de Equipes	14/08/2019	Encarceramento em massa	Equipes BH e RMBH
Capacitação de Equipes (videoconferência)	21/08/2019	Encarceramento em massa	Equipes Interior
Capacitação de Equipes	28/08/2019	Avaliação das Formações Continuadas do 1º Semestre	Equipes BH e RMBH

**PRESP**

TIPO	DATA	TEMÁTICA	PÚBLICO
Formação Mensal	21/08	Acompanhamento de pessoa em situação de envolvimento criminal	Equipes do PrEsp (BH e RMBH) / Participação de um analista das equipes da CEAPA (BH e RMBH)
Capacitação Inicial	26/08	Orientações metodológicas e práticas sobre o trabalho	Analistas (Uberaba e Contagem)

**Fica Vivo**

TIPO	DATA	TEMÁTICA	PÚBLICO
Formação Metodológica	12/06/2019	Jovens Multiplicadores	Estagiários, analistas e gestores sociais.
Formação Metodológica	26/06/2019	Fica Vivo! ConVida: Jovens multiplicadores	Estagiários, analistas e gestores sociais.
Formação Metodológica	24/07/2019	Formação estagiários: As atribuições dos profissionais em formação no programa Fica Vivo!	Estagiários.
Encontro de Formação Diálogos Locais	25/07/2019	Violências: estratégias individuais e coletivas de enfrentamento	Estagiários, analistas e gestores sociais dos Programas FV! E PMC.
Formação Metodológica Videoconferência	02/08/2019	Condutas de Risco na Juventude	Estagiários, analistas e gestores
Formação Metodológica	14/08/2019	Juventudes e drogas	Estagiários, analistas e gestores sociais.
Formação Metodológica	28/08/2019	Fica Vivo! ConVida: Juventudes e drogas	Estagiários, analistas e gestores sociais.

**Programa Mediação de Conflitos**

TIPO	DATA	TEMÁTICA	PÚBLICO
Comissão Metodológica	10/6/19	Reformulação dos materiais de divulgação do PMC	Representantes dos profissionais na execução de ponta do PMC (03 analistas sociais e 1 estagiário)
Comissão Metodológica	26/6/19	Discussão sobre Marco Lógico do PMC	Representantes dos profissionais na execução de ponta do PMC (05 analistas sociais, 2 gestores sociais e 1 estagiário)

Encontro de Formação RMBH	27/6/19	PMC e Defensoria Pública do Estado	Equipes PMC e Gestores Sociais de BH e RM
Formação Conjunta "Diálogos Locais"	25/7/19	Violências: estratégias individuais e coletivas de enfrentamento	Equipes PMC e FV! de BH e RM
Formação Inicial	13/8/19	Metodologia do PMC	Analistas sociais, estagiários e gestores sociais recém-chegados ao PMC
Encontro de Diretoria	14/8/19	Avaliação do desempenho das equipes no 1º semestre de 2019	Equipes PMC e Gestores Sociais de BH e RM
Encontro de Formação Interior	22/8/19	Mediação de conflitos entre atores armados não-convencionais	Equipes PMC e Gestores Sociais das cidades do interior

**Fonte de comprovação do indicador**

Listas de presenças, atas, relatórios, declarações.

**Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade**

**Indicador nº 5.3. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto**

<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>15</b>	<b>10,69</b>

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim a assinatura do contrato de trabalho do substituto. Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OS para execução do Contrato de Gestão. Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.

No 2º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) em média levou-se 10,69 dias para a recomposição de vagas em aberto. Com a meta é recompor as vagas em aberto em 15 dias, ela foi executada dentro do esperado. Abaixo segue uma descrição detalhada do prazo de recomposição para cada vaga em aberto durante o período.

<b>DATA DA RP</b>	<b>DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO DO NOVO FUNCIONÁRIO</b>	<b>Dias para reposição</b>
14/05/2019	03/06/2019	20
20/05/2019	03/06/2019	14
21/05/2019	03/06/2019	13
21/05/2019	03/06/2019	13
22/05/2019	03/06/2019	12
27/05/2019	03/06/2019	7
29/05/2019	10/06/2019	12
30/05/2019	03/06/2019	4
03/06/2019	11/06/2019	8
03/06/2019	10/06/2019	7
07/06/2019	17/06/2019	10
21/05/2019	05/06/2019	15
10/06/2019	01/07/2019	21-3= 18
14/06/2019	01/07/2019	17
24/06/2019	01/07/2019	7
24/06/2019	01/07/2019	7
24/06/2019	01/07/2019	07 – 03 = 04
24/06/2019	08/07/2019	13

24/06/2019	01/07/2019	07 – 03= 04
10/07/2019	15/07/2019	5
15/07/2019	01/08/2019	17
15/07/2019	01/08/2019	17
15/07/2019	01/08/2019	17
15/07/2019	01/08/2019	17
17/07/2019	22/07/2019	5
18/07/2019	01/08/2019	14
18/07/2019	01/08/2019	14
22/07/2019	01/08/2019	10
22/07/2019	01/08/2019	10
24/07/2019	01/08/2019	10
24/07/2019	05/08/2019	12
01/08/2019	01/08/2019	0
01/08/2019	01/08/2019	0

Nesse período avaliatório foram solicitadas 33 recomposições de equipe que demoraram em média 10,69 dias para serem repostas. Cabe ressaltar que para recompor uma equipe, geralmente a instituição utiliza-se do banco de classificados dos processos seletivos. Para efetivar o processo de contratação, ressalta-se que se faz necessária a convocação do candidato classificado no processo seletivo, o recebimento e conferencial de documentação, a realização de exame admissional, assinatura do contrato e início das atividades. Quando um candidato não aceita a vaga ofertada, o processo deve ser reiniciado, o que acarreta em ampliar o tempo necessário para a recomposição da vaga. Nesse período isso ocorreu em 3 ocasiões.

**Fonte de comprovação do indicador**

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças



<b>Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial</b>	
<b>Indicador nº 6.1. Número de relatórios Analíticos das UPCs de base local</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>34</b>	<b>32</b>
<b>Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório</b>	
<p>Descrição: o Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC.</p> <p>O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPCs. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos Gestores Sociais acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPCs. No 2º período avaliatório foram elaborados 34 relatórios, contudo, dois deles foram entregues fora do prazo e não foram computados para fins da meta estabelecida.</p> <p>Os Relatórios Analíticos de Dinâmica constituem um esforço da Política de Prevenção de sistematizar e registrar o conhecimento gerado nos territórios de atuação dos programas de base local. Os relatórios mensurados neste período avaliatório remetem aos meses maio e junho de 2019.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

**Área Temática: Produto e Resultados das ações de base territorial****Indicador nº 6.2. Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: a Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo! constitui uma ação estratégica estabelecida entre a entidade parceira e Secretaria de Estado de Segurança Pública. Diante da sua dimensão e complexidade, tornam-se necessárias a descrição e análise pormenorizadas da sua operação ao longo da execução do Contrato de Gestão. O Relatório de Gestão de Oficinas constitui um instrumento de sistematização e análise das informações operacionais deste processo, a partir dos dados dos relatórios enviados pelas equipes técnicas. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório. Os relatórios deverão sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise.

No 6º período avaliatório foi previsto a elaboração de 3 relatórios descritivos da gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! e todos foram elaborados a despeito da entrega com atraso em 1 caso.

Relatório referente ao mês de Maio de 2019 - Data de Entrega 25/06/2019

Relatório referente ao mês de Junho de 2019 - Data de Entrega 19/07/2019

Relatório referente ao mês de Julho de 2019 - Data de Entrega 20/08/2019

DADOS GERENCIAIS - PROGRAMA FICA VIVO! JUNHO A AGOSTO			
INDICADORES	Junho	Julho	Agosto
Número de Projetos de Oficinas Ativos	396	398	397
Número de Jovens atendidos	9322	9447	9359
Número de Atendimentos	11597	12343	118883
Número de Oficineiros com Oficinas Ativas	336	340	338
Média de jovens por oficina	23,31	23,73	23,57

Outros dados relevantes sobre os atendimentos nas oficinas já foram descritos nos indicadores 2.1, 2.2 e 2.3.

**Fonte de comprovação do indicador**

e-mail de encaminhamento dos relatórios para a SESP/SUPEC

<b>Área Temática: Gestão da Parceria</b>	
<b>Indicador nº 7.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica</b>	
<b>Meta do período avaliatório</b>	<b>Resultado do período avaliatório</b>
<b>100</b>	-
<b>Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório</b>	
<p>Descrição: Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do Contrato de Gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela SEPLAG, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela SEPLAG, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com o Regulamento de Compras e Contratações e com o regulamento interno contendo normas para concessão de diárias e procedimentos de reembolso, e se coadunam com o objeto do Contrato de Gestão.</p> <p>O Regulamento próprio deve ser construído de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da SEPLAG, e aprovado tanto pela SEPLAG quanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP. O regulamento estabelece procedimentos que devem, obrigatoriamente, ser observados pela entidade em suas compras e contratações. O Regulamento interno contendo as normas de concessão de diárias e procedimentos de reembolso é um documento normatizador da entidade, que deve ser elaborado por esta e submetido à aprovação prévia e formal do OEP e da SEPLAG. Este regulamento estabelece os procedimentos que, obrigatoriamente, devem ser seguidos pela entidade para a concessão de diárias e realização de reembolso de despesas.</p> <p>Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a SEPLAG estruturou um modelo de Relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados.</p> <p>Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.</p> <p>As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação dele ocorrem após a elaboração desse relatório.</p>	
<b>Fonte de comprovação do indicador</b>	
Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.	

**Área Temática: Gestão da Parceria****Indicador nº 3.3. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão****Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****100%**

-

**Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Descrição: objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018 que dispõem sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº. 45.969/2002, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.

Abaixo segue as descrições das ações a serem realizadas e avaliadas no período com suas respectivas datas de realização.

Nº	AÇÃO	PRAZO	DATA DA REALIZAÇÃO
7	Encaminhar à Comissão de Monitoramento, a cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, devidamente assinados.	Até 7 dias úteis após o final do período avaliatório.	10/09/2019
8	Encaminhar aos membros da Comissão de Avaliação, a cada período avaliatório, Relatório de monitoramento, com informações sobre a execução física e financeira pertinentes ao período analisado.	Antecedência mínima de cinco dias úteis da data da reunião da Comissão de Avaliação.	
9	Realizar, a cada período avaliatório, as Checagens Amostrais Periódicas e Checagem de Efetividade (esta se for o caso) gerando relatório(s) conclusivo(s)	Até 15 dias úteis após o final do período avaliatório.	
10	Garantir, a cada período avaliatório, que as avaliações do Contrato de Gestão – Reuniões da Comissão de Avaliação – sejam realizadas nos prazos previstos no Contrato de Gestão.	Cronograma de Avaliação previsto no Contrato de Gestão.	
11	Disponibilizar os Relatórios Gerenciais de Resultados e Relatórios Gerenciais Financeiros, devidamente assinados, nos sítios eletrônicos do OEP e da OS.	Até 5 dias úteis após a assinatura dos documentos.	13/08/2019
12	Disponibilizar os Relatórios de Monitoramento do Contrato de Gestão devidamente assinados, no sítio eletrônico do OEP ou da Política Pública e da OS.	Até 5 dias úteis após a assinatura dos documentos.	13/08/2019

**Fonte de comprovação do indicador**

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SESP/SUPEC.

### 3 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

**QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS**

Área Temática	Produto	Peso (%)	Término Previsto	Término Realizado	Status
1 Capilarização da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1.3 Mapeamento dos municípios do Estado com potencialidade para a implantação do PRESP	10	Julho de 2019	Julho de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo

## Área Temática 1: Capilarização da Política de Prevenção Social à Criminalidade

### Produto 1.3 – Mapeamento dos municípios do Estado com potencialidade para a implantação do PRES P

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
Julho de 2019	Julho de 2019	Cumprido integralmente dentro do prazo

#### Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Descrição: O diagnóstico deverá ser realizado considerando as peculiaridades do município a ser atendido com a nova implantação do programa, de modo a indicar dados que justifiquem a necessidade do PrEsp no local. Para tanto deverão ser analisadas características específicas, tais como: 1) presença de Unidades Prisionais no município; 2) números de egressos que saíram destas Unidades Prisionais no ano anterior à pesquisa; 3) número de possíveis egressos e/ou familiares de egressos a serem atendidos nos municípios no caso de nova implantação.

A OS deverá encaminhar o Diagnóstico com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis antes da aprovação para análise da SESP/SUPEC, para que possam ser realizados os ajustes necessários pela OS.

Critério de aceitação: diagnóstico aprovado pela SESP/SUPEC.

Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SESP/SUPEC de aprovação do diagnóstico.

Duração: Maio/2019 a Julho/2019

Para elaboração deste produto foram realizadas diversas reuniões preparatórias entre o Departamento de Monitoramento de Dados e Gestão de Projetos do Instituto Elo e a Diretoria do PRES P. Essas reuniões definiram o escopo e os dados a serem utilizados na sua consecução. O produto final foi entregue em 16/07/2019 à supervisão do Contrato de Gestão e Direção do PRES P, tendo sido aprovado em 31/07/2019.

Abaixo segue um resumo dos resultados do trabalho.

#### Introdução

Este documento formaliza o produto 1.3 do Programa de Trabalho inerente ao Contrato de Gestão 002/2019 previsto para o 2º período avaliatório. Ele consiste no diagnóstico no mapeamento dos municípios com potencialidade para implantação do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional no Estado de Minas Gerais. Este mapeamento deve ser realizado considerando as peculiaridades do município a ser atendido com a nova implantação do programa, de modo a indicar dados que justifiquem a necessidade do PrEsp no local. Para tanto deverão ser analisadas características específicas, tais como: 1) presença de Unidades Prisionais no município; 2) números de egressos que saíram destas Unidades Prisionais no ano anterior à pesquisa; 3) número de possíveis egressos e/ou familiares de egressos a serem atendidos nos municípios no caso de nova implantação.

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp foi implementado por meio da Lei Delegada nº 49, de 02 de janeiro de 2003 e do Decreto 43.295, de 29 de abril de 2003, buscando assegurar às pessoas egressas do sistema prisional atendimento qualificado enquanto direito previsto na Lei de Execuções Penais - LEP e Legislações Específicas. Tem como objetivo geral garantir o acompanhamento de homens e mulheres que retomam a vida em liberdade após experiência prisional, bem como seus familiares, buscando favorecer o acesso a direitos sociais e promover condições para sua inclusão social. O público alvo são pessoas que estão em Regime Aberto; Prisão Domiciliar; Liberdade Definitiva e Familiares de egressos do sistema prisional, que acessam programa por meio de adesão voluntária; encaminhamento feito por instituições da rede dos municípios ou unidades prisionais ou por determinação Judicial, nos casos em que os egressos comparecem ao PrEsp para assinatura do livro da condicional.

Destaca-se que o PrEsp é formado por uma equipe de Analistas Sociais com formação em Psicologia, Serviço Social e Direito. O acompanhamento feito a egressos e seus familiares é realizado por meio de atendimentos individuais e grupos reflexivos, de caráter voluntário, que visam fortalecer capacidades e aptidões do público na sua relação com a família e a comunidade, considerando suas necessidades e seus direitos individuais, econômicos, sociais e culturais. Ao longo dos acompanhamentos, essa equipe e os atendidos avaliam e constroem juntos os melhores encaminhamentos para o enfrentamento de problemas, dificuldades e vulnerabilidades vivenciadas. Compondo a Política de Prevenção Social à Criminalidade da Subsecretaria de Prevenção Social à Criminalidade- SUPEC/SESP, atualmente está implantado em 11 municípios no Estado de Minas Gerais. Durante o ano de 2018 foram inscritos no Programa mais de 4 mil egressos para os quais foram realizados mais de 14 mil atendimentos permitindo o acesso desse público a políticas públicas que viabilizem sua inclusão social após o processo de aprisionamento. Nesse contexto esse documento, em caráter exploratório, busca identificar outros municípios com potencialidade para implantação do Programa.

#### DADOS E MÉTODOS

Para operacionalizar este produto foram utilizadas as bases de dados fornecidas pela Subsecretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade com a listagem de presos desligados do Sistema Prisional entre janeiro de 2018 e maio de 2019. Além disso.

Além dessas informações, foram utilizados dos dados de egressos inscritos e atendimentos realizados no Programa PRESP durante o ano de 2018 para fins de constituição dos parâmetros de potencialidade de implantação do Programa em um determinado município.

Para definir que um município tem potencial de implantação do Programa foram constituídos dois parâmetros:

- a) Existência de Unidade Prisional no Município;
- b) Quantidade de desligamentos das Unidades Prisionais que garantam uma quantidade de inclusões e atendimentos no programa comparado ao mínimo exigido para os municípios em que o programa já atua baseado na meta de atendimentos em vigor no Contrato de Gestão no instrumento “Relatório de Gestão Estratégica”.

A partir disso, na sequência apresenta-se a análise dos municípios com potencialidade para implantação do Programa.

#### **ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DE IMPLANTAÇÃO DO PRESP EM MUNICÍPIOS COM A PRESENÇA DE UNIDADES PRISIONAIS**

Para realizar esta avaliação foram analisados três tipos de dados: 1) a existência de Unidades Prisionais nos municípios; 2) a quantidade de presos desligados das unidades prisionais; 3) a quantidade de possíveis egressos e/ou familiares de egressos a serem atendidos nos municípios no caso de nova implantação.

##### **EXISTÊNCIA DE UNIDADES PRISIONAIS NO MUNICÍPIO**

Inicialmente define-se como município com potencialidade para a implantação do PRESP aquele em que há a presença de ao menos uma unidade prisional em seu território. Abaixo listamos os municípios com a potencialidade de implantação do programa tendo como característica essa definição.

Inicialmente, para além dos municípios onde já se executa o programa, foram identificados outros 172 municípios com a presença de algum tipo de unidade prisional. Na tabela 1 descrevemos essas unidades por tipo.

Tabela 1– Distribuição das Unidades Prisionais por Tipo

Tipos	Frequência	Percentual
Presídio	160	93,02%
Penitenciária	9	5,23%
Complexo Penitenciário	2	1,16%
Hospital Psiquiátrico Judiciário	1	0,58%
Total	172	100,00%

#### **NÚMEROS DE EGRESSOS QUE SAÍRAM DAS UNIDADES PRISIONAIS NO ANO ANTERIOR À PESQUISA**

Além de avaliar a existência de unidades prisionais nos municípios como critérios inicial para validar o potencial de implantação do Programa, é necessário identificar a quantidade anual de presos que são desligados do Sistema Prisional a fim de se vislumbrar a demanda por atendimentos em uma possível nova unidade do PRESP implantada.

Inicialmente foi possível visualizar que em todos os 172 municípios com unidades prisionais no Estado foram desligados 90.306<sup>1</sup> presos entre janeiro de 2018 e maio de 2019. Destes, 83.840 (92,84%), correspondem a presos do sexo masculino e outros 6.466 (7,16%) desligados são do sexo feminino. Essa quantidade total de desligamentos chama a atenção haja visto que em 2018, segundo dados do monitor da violência do portal G1, havia no sistema prisional mineiro 72.157 presos, ou seja, entre janeiro de 2018 e maio de 2019 foram desligados das unidades prisionais elencadas no item 3.1, 25% a mais do que o quantitativo de presos existente no sistema em 2018.

Na tentativa de identificar de maneira mais clara uma quantidade potencial de municípios com a potencialidade de implantação do Programa, na tabela 3 descreve-se a distribuição dos municípios por quantidade de presos desligados em suas unidades prisionais.

<sup>1</sup> A pesquisa foi realizada baseado no parâmetro de desligamento de cada unidade prisional. Dessa forma, transferências podem ter sido considerado desligamentos, transição de regime também podem ter sido consideradas como desligamento. É improvável que haja desligamentos do sistema prisional maiores que o volume de presos existentes no sistema.

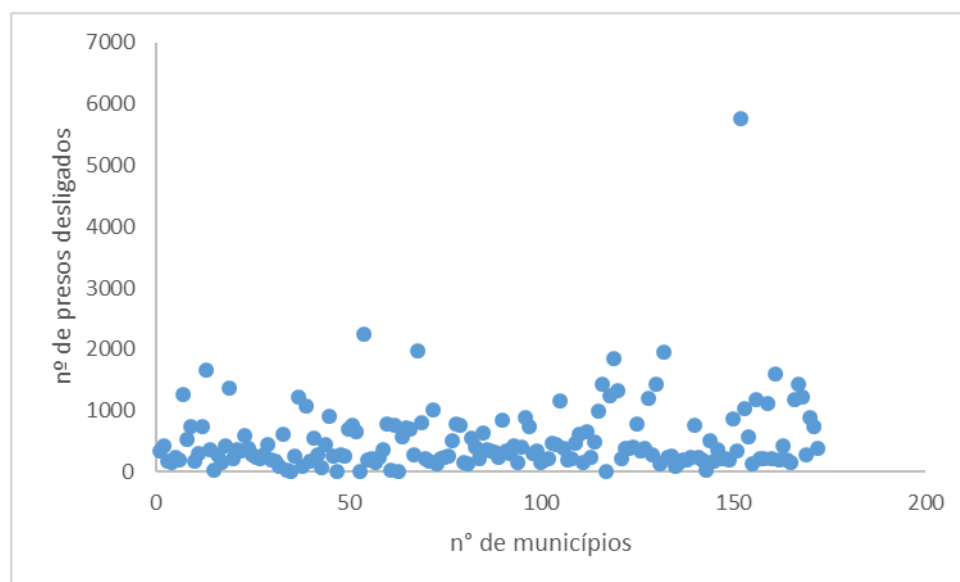
Tabela – Distribuição dos municípios por quantidade de presos desligados

Categorias	Frequência	Percentual
Até 50	9	5,23%
Mais de 50 a 100	4	2,33%
Mais de 100 a 200	22	12,79%
Mais de 200 a 300	45	26,16%
Mais de 300 a 400	21	12,21%
Mais de 400 a 500	13	7,56%
Acima de 500	34	19,77%
Acima de 1.000	24	13,95%
Total	172	100,00%

Como é possível observar, mais de 60% dos municípios desligaram nesse período até 500 presos e em apenas 13,95% deles houve o desligamento de mais de 1000 presos.

No gráfico 1 também pode-se visualizar a grande variação na quantidade de presos desligados em cada um dos municípios.

Gráfico – Dispersão entre a quantidade de municípios de o número de presos desligados entre janeiro de 2018 e maio de 2019



É possível observar que a maioria dos municípios, corroborando com os dados descritos na tabela 3, apresenta uma quantidade de presos desligados abaixo dos 500 casos. Na tabela 5, descrevemos cada um dos municípios com a presença de unidades prisionais e seu respectivo quantitativo de casos desligados no período.

Tabela - Número de Presos Desligados entre janeiro de 2018 e maio de 2019 para os municípios com potencialidade de implantação do PRESP

Município	2018/2019		
	Masculino	Feminino	Total
Timóteo	211	0	211
Três Corações	1.438	169	1.607
Três Marias	187	21	208
Três Pontas	396	26	422
Tupaciguara	187	15	202
Turmalina	156	9	165
Ubá	1.136	42	1.178
Unai	1.371	64	1.435
Varginha	1.116	103	1.219
Várzea da Palma	279	6	285



Vespasiano	755	124	879
Viçosa	708	35	743
Visconde do Rio Branco	388	9	397
Total Geral	83.340	6.466	90.306

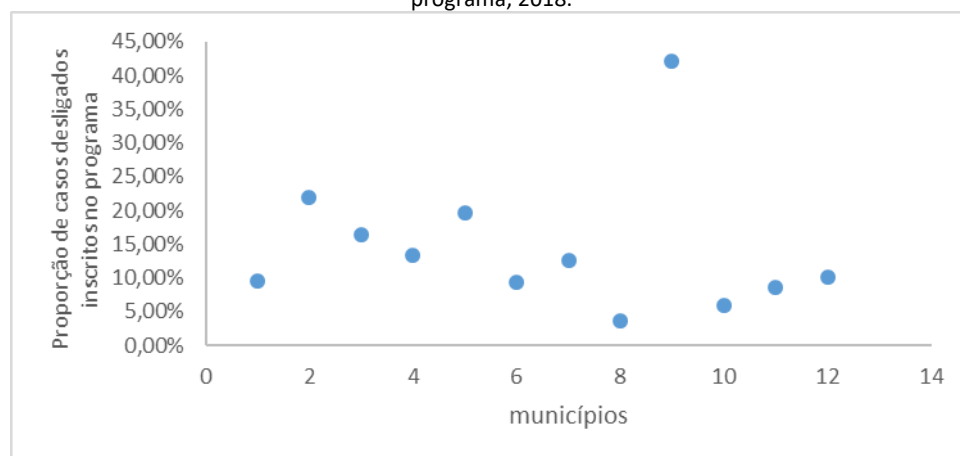
Para identificar de maneira mais sistematizada os municípios com potencialidade de implantação do programa foi necessário recorrer a alguma parâmetro comparativo haja vista a quantidade de 172 municípios com unidades prisionais. Para tanto, dois elementos foram considerados na tentativa de, dentre os 172, identificar aqueles com demanda para uma possível implantação. Primeiramente, buscou-se avaliar a demanda dentre os municípios em que já existe uma Unidade de Prevenção em funcionamento com o Programa CEAPA. Nestes casos foram os municípios de Vespasiano, Araguari, Sete Lagoas e Divinópolis. Em seguida, foi avaliado para cada um dos municípios onde o programa já existe (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Santa Luzia, Governador Valadares, Ipatinga, Montes Claros, Juiz de Fora, Uberaba e Uberlândia), qual a proporção dos casos desligados no sistema prisional que chega ao programa. Essa proporção será utilizada como referência para indicar o potencial mínimo necessário para que o município seja elegível como tendo potencial técnico e viabilidade de demanda para implantação.

Tabela – Relação entre quantidade de inscritos no programa, atendimentos e desligados no ano de 2018.

UPC'S	Inscritos 2018	Atendimentos 2018	Desligados 2018	Proporção Inscrito /Desligado
BELO HORIZONTE	544	2.782	5.759	9,45%
BETIM	297	826	1.359	21,85%
CONTAGEM	267	634	1.636	16,32%
GOVERNADOR VALADARES	310	739	2.317	13,38%
IPATINGA	308	1.303	1.564	19,69%
JUIZ DE FORA	236	2.390	2.511	9,40%
MONTES CLAROS	298	1.084	2.379	12,53%
RIBEIRÃO DAS NEVES	301	1.629	8.262	3,64%
SANTA LUZIA	223	789	530	42,08%
UBERABA	125	1.099	2.085	6,00%
UBERLÂNDIA	357	1.501	4.125	8,65%
TOTAL	3.266	14.776	32.527	10,04%

Em média o programa inscreve 14,42% dos casos desligados em um ano pelo Sistema Prisional. Há uma variação significativa dentre os municípios onde ele já atua. Há município em que a proporção de egressos desligados que chegam ao programa é de 6% como em Uberaba, mas há também município em que essa proporção é de 42,08% como em Santa Luzia. O gráfico 2 apresenta essa variação.

Gráfico 2 – Relação (%) entre a quantidade de casos desligados nos municípios em que programa atua e a quantidade de inscritos no programa, 2018.



A partir dessa relação que produz uma média de inscrição de 14,42% do total de desligados em cada município, foi constituído um parâmetro para o município ser elegível: todo município em que a proporção média de inscritos for maior ou igual a 14,42% e que essa proporção garanta pelo menos 123 inscritos ao ano. Isso se justifica ao avaliar a relação entre quantidade de inscritos e atendimentos realizados pelo programa

nos municípios em execução. Em média, conforme descrição na tabela 5, para cada inscrito no programa gera-se 4,5 atendimentos. Essa relação garantiria o cumprimento da menor média de atendimentos mensal existente atualmente (46 atendimentos por mês). Se um município tem potencial para inscrever anualmente no programa 123 egressos ele garante em média 553,5 atendimentos, o que geraria em tese 46,12 atendimentos por mês. Ao aplicar esse processo aos 172 municípios com a presença de unidades prisionais, foram gerados 26 municípios potencialmente elegíveis para a implantação do programa. Abaixo segue a listagem desses municípios bem como a quantidade de potenciais egressos inscritos no programa.

Tabela – Municípios com potencial para implantação do PRESP

Município	Presos Desligados	Potencial de egressos inscritos no Programa	Potencial de Atendimentos a Egressos e/ou familiares
Alfenas	1.268	178	799
Araxá	1.660	232	1046
Barbacena	1.362	191	858
Caratinga	1.223	171	770
Carmo do Paranaíba	1.067	149	672
Conselheiro Lafaiete	904	127	570
Divinópolis	2.257	316	1422
Itajubá	1.008	141	635
Manhuaçu	896	125	564
Muriaé	1.163	163	733
Paracatu	990	139	624
Pará de Minas	1.429	200	900
Passos	1.253	175	789
Patos de Minas	1.843	258	1161
Patrocínio	1.327	186	836
Poços de Caldas	1.194	167	752
Ponte Nova	1.425	200	898
Pouso Alegre	1.966	275	1239
São Lourenço	1.042	146	656
Sete Lagoas	1.176	165	741
Teófilo Otoni	1.109	155	699
Três Corações	1.607	225	1012
Ubá	1.178	165	742
Unai	1.435	201	904
Varginha	1.219	171	768
Vespasiano	879	123	554
Total	35.047	4.907	22.080

Como é possível notar pela tabela, estes municípios concentram 38,80% dos presos desligados no estado com um potencial de mais de 20 mil atendimentos. Dentre eles, estão Divinópolis, Sete Lagoas e Vespasiano, municípios onde já funciona uma Unidade de Prevenção com a execução do Programa CEAPA, o que facilitaria a implantação de PRESP dada a existência do equipamento público.

**NÚMERO DE POSSÍVEIS EGRESSOS E/OU FAMILIARES DE EGRESSOS A SEREM ATENDIDOS NO MUNICÍPIOS NO CASO DE NOVA IMPLANTAÇÃO.**

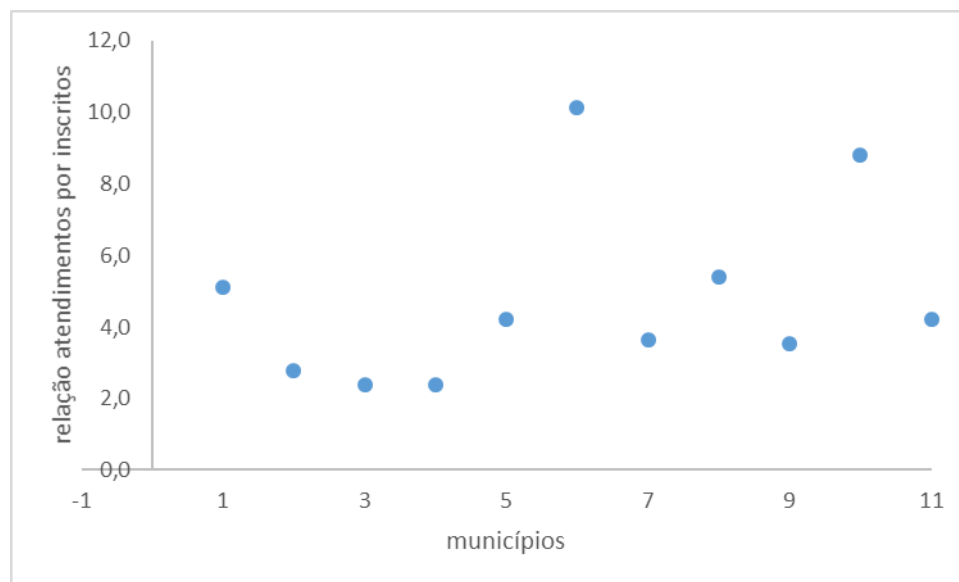
A partir da identificação dos municípios com potencial para a implantação do PRESP, foi gerado uma projeção de atendimentos realizados baseado na relação entre a quantidade de egressos inscritos no Programa e a quantidade de atendimentos gerados para cada um deles. Esse parâmetro foi baseado na experiência dos 11 municípios onde o programa atualmente está implantado.

Tabela – Relação entre inscritos e atendimentos realizados – PRESP, 2018.

UPC'S	Inscritos 2018	Atendimentos 2018	Atendimentos/Inscritos
BELO HORIZONTE	544	2.782	5,1
BETIM	297	826	2,8
CONTAGEM	267	634	2,4
GOVERNADOR VALADARES	310	739	2,4
IPATINGA	308	1.303	4,2
JUIZ DE FORA	236	2.390	10,1
MONTES CLAROS	298	1.084	3,6
RIBEIRÃO DAS NEVES	301	1.629	5,4
SANTA LUZIA	223	789	3,5
UBERABA	125	1.099	8,8
UBERLÂNDIA	357	1.501	4,2
TOTAL	3.266	14.776	4,5

Pela relação apresentada é possível notar também grande variação na relação entre quantidade de inscritos e atendimentos. O gráfico 3 descreve essa variação.

Gráfico – Relação entre a quantidade de atendimentos e a quantidade de inscritos no Programa – PRESP, 2018.



Ao mesmo tempo podemos identificar que em média para cada egresso inscrito no programa em 2018 foram gerados 4,5 atendimentos. Ao se projetar essa média para os 26 municípios elegíveis para a implantação do programa, estima-se um potencial total de 22.080 atendimentos. Isso equivaleria a uma média de 789 atendimentos por município ao ano. A lista de atendimentos potenciais a egressos e seus familiares está descrita na tabela 7.

Tabela – Potencial de atendimentos de egressos por município elegível para a implantação do Programa.

Município	Presos Desligados	Potencial de egressos inscritos no Programa	Potencial de Atendimentos a Egressos
Divinópolis	2.257	316	1.422
Pouso Alegre	1.966	275	1.239
Patos de Minas	1.843	258	1.161
Araxá	1.660	232	1.046
Três Corações	1.607	225	1.012
Unai	1.435	201	904
Pará de Minas	1.429	200	900
Ponte Nova	1.425	200	898
Barbacena	1.362	191	858

Patrocínio	1.327	186	836
Alfenas	1.268	178	799
Passos	1.253	175	789
Caratinga	1.223	171	770
Varginha	1.219	171	768
Poços de Caldas	1.194	167	752
Ubá	1.178	165	742
Sete Lagoas	1.176	165	741
Muriae	1.163	163	733
Teófilo Otoni	1.109	155	699
Carmo do Paranaíba	1.067	149	672
São Lourenço	1.042	146	656
Itajubá	1.008	141	635
Paracatu	990	139	624
Conselheiro Lafaiete	904	127	570
Manhuaçu	896	125	564
Vespasiano	879	123	554
Total	35.047	4.907	22.080

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi identificar municípios no Estado de Minas Gerais com potencialidade para implantação do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. A identificação foi realizada a partir da base de dados com o quantitativo de presos desligados do Sistema Prisional mineiro entre janeiro de 2018 e maio de 2019 por unidade prisional. Dessa forma foi possível identificar a existência de unidades prisionais em 172 municípios mineiros. Dentre estes, a partir da comparação com o volume de inscrições e atendimentos realizados nos 11 municípios em que o PRESP funciona atualmente, foi possível identificar 26 municípios com potencialidade para implantação do programa. Um município foi qualificado como elegível para a implantação do programa caso ele tivesse: a) uma unidade prisional; b) quantidade de desligamentos da unidade prisional o suficiente para garantir inscrições e atendimentos no programa que se comparassem à menor meta de atendimentos existente atualmente nos municípios em que o programa já atua.

Vale ressaltar também que este estudo possui algumas limitações. A principal dela se refere ao dado. Na base de dados disponibilizada não é possível qualificar o que se denomina de desligamento das unidades prisionais. Sob essa ótica, para todas as unidades prisionais contidas na base de dados, identificou-se uma quantidade total de mais de 90 mil desligamentos em 17 meses. Dado que no sistema prisional mineiro havia no ano de 2018 aproximadamente 72 mil presos, é pouco provável que todos esses desligamentos se configurem como saídas do sistema.

Assim, no caso de uma possível nova implantação do programa seria importante a revisão dos dados para o município buscando identificar e qualificar o que se denominou na base de dados de desligamento e também a realização de um diagnóstico mais profundo junto a Vara de Execuções Criminais.

Outro elemento que vale a pena ser analisado é a possibilidade de implantação do Programa em um município polo que atenda mais de um território. Sob essa ótica seria possível selecionar todos os municípios de uma comarca específica e implantar o programa no município com a unidade prisional de maior porte, mas que atendessem todos os municípios da comarca. Isso ampliaria a capacidade de atendimento do programa e também a cobertura dos atendimentos.

**Fonte de comprovação do produto**

**e-mail ou ofício da SESP/SUPEC de aprovação do diagnóstico**

#### **4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No 2º período avaliatório do Contrato e Gestão 002/2019 (01/06/2019 a 31/08/2019) houve um total de 19 indicadores com meta e 1 produto. Deste total, como pode ser observado na leitura deste relatório gerencial, 15 indicadores tiveram suas metas alcançadas plenamente outros 2 indicadores tiveram suas metas alcançadas parcialmente e outros 2 terão seus resultados mensurados após a entrega deste documento.

Como se pode observar, praticamente todas as metas de atendimento ao público foram atingidas integralmente. Isso indica que o modelo de execução mesmo com a mudança de nomenclatura está cada vez mais sólido amparado pelas adesões do público e parceiros às propostas de trabalho dos programas. Apesar das dificuldades enfrentadas, cada vez mais os atendimentos dos programas têm se consolidado como uma referência na prevenção à criminalidade e mesmo diante das dificuldades financeiras, o Contrato de Gestão e a Política de Prevenção tem se mantido regular na execução das suas atividades culminando com reduções expressivas nos índices de criminalidade nas localidades onde a política atua resultado do esforço conjunto da OS do OEP e dos parceiros nas várias comunidades e municípios onde os programas atuam. Sob a perspectiva financeira, é necessário esclarecer que apenas no final do período avaliatório em avaliação neste documento foi regularizado o repasse financeiro referente ao mês de dezembro de 2017. Assim, o primeiro repasse referente ao Contrato de Gestão a ser realizado em fevereiro de 2019 não teve nem 20% da sua totalidade executada até o momento. Vale salientar a necessidade de regularização dos repasses financeiros de modo a garantir a execução dos programas e de seus atendimentos já que com a formalização desse relatório e do desempenho da OS, outro repasse deverá ser realizado.

Por fim, registramos aqui o esforço de mais de 810 profissionais envolvidos na execução dessa Política dentre colaboradores, estagiários e oficineiros da OS e servidores da Subsecretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade da SESP.

## 5 – COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

### **CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO ELO**  
**CNPJ: 07.514.913/0001-75**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:40:41 do dia 28/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/11/2019.

Código de controle da certidão: **565E.D174.F7BF.D36E**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: INSTITUTO ELO

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.514.913/0001-75

Certidão nº: 170945325/2019

Expedição: 15/04/2019, às 09:16:51

Validade: 11/10/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

C e r t i f i c a - s e        q u e        **I N S T I T U T O        E L O**  
**(MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº  
**07.514.913/0001-75, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores  
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 07.514.913/0001-75

**Razão Social:** INSTITUTO ELO

**Endereço:** R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG /  
30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 05/09/2019 a 04/10/2019

**Certificação Número:** 2019090503502692274871

Informação obtida em 10/09/2019 10:40:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:  
26/08/2019CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
24/11/2019

NOME: INSTITUTO ELO

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180060

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>  
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2019000353216012



Prefeitura de Belo Horizonte  
Secretaria Municipal de Fazenda  
Subsecretaria da Receita Municipal

## DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

### REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **ABCHIOOLK**

Documento/Certidão nº **12.085.299** Exercício: **2019**

Emissão em: **26/08/2019**

Requerimento em: **08:30:27**

Validade: **25/09/2019**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quitado com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

## **DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS**

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 10 de setembro de 2019.

---

Gleiber Gomes de Oliveira  
Diretor Presidente  
Instituto Elo